

revista **afriica**

**CORPOS NEGROS
LGBTQIAP+
EM TRÂNSITO
NA POLÍTICA
BRASILEIRA**

Foto: Armin Rimoldi no Pexels



Revista África e Africanidades, Ano XIV – Ed. 40, Nov/21 a Jan /22 – ISSN: 1983-2354
Dossiê Corpos negros LGBTQIAP+ em trânsito na política brasileira
<http://www.africaeaficanidades.com.br>

DOSSIÊ
Corpos negros LGBTQIAP+ em trânsito
na política brasileira

Organização
Ana Lúcia Dias dos Santos
Leandro Rodrigues Nascimento da Silva



Revista África e Africanidades, Ano XIV – Ed. 40, Nov/21 a Jan /22 – ISSN: 1983-2354
Dossiê Corpos negros LGBTQIAP+ em trânsito na política brasileira
<http://www.africaeafricanidades.com.br>

REVISTA ÁFRICA E AFRICANIDADES

DIRETORA GERAL

Nágila Oliveira dos Santos

DIREÇÃO EXECUTIVA

André Luiz dos Santos Silva

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ

Ana Lúcia Dias dos Santos

Leandro Rodrigues Nascimento da Silva

EQUIPE TÉCNICA DO DOSSIÊ:

Ana Lúcia Dias dos Santos

César Gomes dos Santos

Felipe Cazeiro

João Vitor de Sena Campos

Leandro Rodrigues Nascimento da Silva

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.dossiecorposnegros-lgbtqiap.p1-63

INDEXADORES:



SUMÁRIO

MANIFESTO PELA VIDA, EM FAVOR DA CIÊNCIA E CONTRA O NEGACIONISMO DO GOVERNO BOLSONARO	5
<i>Leandro Rodrigues Nascimento da Silva</i>	
PERCURSOS (PSIC)ANALÍTICOS E DISCURSIVOS SOBRE A CONDIÇÃO DOS CORPOS NEGROS LGBTQIAP+ NA ORDEM POLÍTICA BRASILEIRA	8
<i>Florence Belladonna Travesti</i>	
<i>Jonas Alves da Silva Júnior</i>	
<i>Jairo Carioca de Oliveira</i>	
<i>Leandro Rodrigues Nascimento da Silva</i>	
LESBOFOBIA, RACISMO E SOLIDÃO. DOS ATRAVESSAMENTOS DE SER UMA MULHERNEGRA LÉSBICA NO BRASIL	16
<i>Liliane Cristina Martins</i>	
EDUCAR PARA O ORGULHO: NOTAS SOBRE FORMAÇÃO DOCENTE	24
<i>Samilo Takara</i>	
<i>Rosangela Aparecida Hilário</i>	
<i>Vinicius de Souza Santos</i>	
POR UMA (R)EXISTÊNCIA BICHA NA EDUCAÇÃO: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS DE BICHAS PRETAS FAVELADAS	
<i>Tarciso Manfrenatti de Souza Teixeira</i>	
NECROPOLÍTICA E TRANSFOBIA: DE QUEM SÃO OS CORPOS TRANS ASSASSINADOS NO BRASIL?	50
<i>Jade Mariam Vaccari</i>	
<i>Juciane de Gregori</i>	

MANIFESTO PELA VIDA, EM FAVOR DA CIÊNCIA E CONTRA O NEGACIONISMO DO GOVERNO BOLSONARO

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.dossiêcorposnegroslgbtqiap.p5-7

Neste dia tão doloroso para tantas famílias enlutadas, em que o Brasil alcança a triste marca de mais de 611 mil óbitos em decorrência da COVID-19, nós, membros do Grupo de Trabalho Negritudes LGBTQIAP+ da Revista África e Africanidades viemos manifestar nosso repúdio, inquietude e insatisfação para com a maneira que o governo de Jair Messias Bolsonaro tem conduzido o enfrentamento à esta gravosa pandemia.

São reiteradas as falas do presidente da República que atacam renomados cientistas, instituições, grupos e coletivos que se dedicam a sistematizar dados sobre a real situação epidemiológica do país e disponibilizá-los à população. Essas falas desinformadas, falaciosas, mentirosas contribuem para o adensamento iminente da doença uma vez que legitimam pessoas e/ou grupos a se exporem ao vírus. Exposição essa por meio da terrífica, desacertada e pasmosa escolha de não tomar os imunizantes disponíveis na rede pública de saúde e rigorosamente avaliados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), eivados por um governante que desestimula a vacinação como se no século XIX ainda estivéssemos.

Para se ter uma ideia do fosso a que fomos levados a cair, mediante uma administração desarrazoadamente desastrosa, portanto deletéria, imagine que em um dos maiores estádios de futebol do Brasil, o Estádio Jornalista Mário Filho, popularmente conhecido como Maracanã, comporta-se em seus espetáculos até 78.838 mil pessoas. Teríamos que calcular esse número de pessoas por 7 vezes mais para que chegássemos próximo ao número total de mortos, mais de 611 mil vidas perdidas. Calculando apenas 7 vezes o número de pessoas que cabem no estádio citado, teríamos um total aproximado do número de vidas perdidas até aqui, o que muito nos deixa impactado, pois, mesmo calculando 7 vezes a proporção do estádio Maracanã, chegaríamos apenas em um número aproximado de vítimas, é importante ressaltar.

Mais horripilante ainda é imaginar que, em cada avião comercial operante no Brasil da empresa aérea GOL, modelo *Boing 737*, comporta-se até 215 passageiros. Se estivéssemos caindo em solo brasileiro 100 aviões por dia, durante uma semana, ainda assim não chegaríamos nem na metade de mortes causadas não só pela COVID-19, mas pela indecência de desacreditar a Ciência Brasileira, e propor tratamentos com remédios ineficazes que só produzem a falsa sensação de segurança.

Nossa indignação é ver, praticamente todos os dias, um presidente sem capacidade técnica, política, intelectual e ética governando uma nação de raízes escravocratas, que já promoveu o genocídio das populações indígenas no passado,

das populações pretas vindas de África, e que continua com essa necropolítica calamitosa e contumaz no presente. Um estudo publicado na Inglaterra, revelou o perfil étnico-racial e geográfico dos que mais morrem no Brasil. Sim! A pandemia neste país possui cor, corpo, região e classe econômica. Morre-se mais no Norte e Nordeste do país do que no Sul. As taxas de mortalidade de estados como Pernambuco (2.0), Ceará (1.10) e Amazonas (1.93) registram os mais elevados índices e com maiores riscos para os seus habitantes. Quanto maior do que 1 a taxa de mortalidade, pior e mais iminente o risco para os cidadãos.

No que tange a proteção da comunidade LGBTQIAP+, em especial a da população de travestis e transexuais, o governo federal se fadou a exíguas, para não dizermos inexistentes, ações para salvaguardar a comunidade arrolada anteriormente. Está na Constituição Federal de 1988, art. 5, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, mas será que as muitas profissionais do sexo trans/travestis tiveram suas rendas mensais asseguradas neste processo pandêmico? Qual é o dado que temos acerca dessas meninas que tiveram de deixar as ruas para se protegerem, ou mesmo não deixar esses espaços, mas neles se exporem para se resguardarem de um outro mal, a fome? De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), pouco antes da pandemia, no primeiro ano de mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro, o Brasil era o 55º país mais perigoso para travestis e transexuais viverem. No segundo ano de governo do bípode citado (expressamente nos referimos a 2019), o Brasil passou para a 68ª posição no ranking de países seguros para qualquer vivência LGBTQIAP+, o que se agravou em 2020, ano em que já enfrentávamos a pandemia, e o presidente esbrachava a COVID-19 desdenhando de seu risco argumentando que era “apenas uma gripezinha”.

Como corolário da política hostil e de morte endereçada aos corpos negros e LGBTQIAP+, política essa bastante trivial no que concerne a perspectiva organizativa social da extrema-direita, que não de agora almeja “higienizar” espaços aniquilando os “de-generados”, os tidos como fora “do gênero”, já em plena pandemia, como já era de se deduzir pela lógica, o número de mortes de LGBTQIAP+ teve aumento de 90% nos dois primeiros meses de 2020, isso incluindo o ano bissexto e em comparativo com os dados de 2019 levantados pela ANTRA. E o que foi feito através do governo federal para diminuir o impacto da pandemia sobre esses indivíduos? Nada! Quer seja pelas ações do governo ou pela omissão delas, as respostas dadas à COVID-19 demoraram muito para se efetivarem.

Ademais, as primeiras respostas dadas à pandemia promanaram de governos estaduais que foram declarados inimigos do governo Bolsonaro por estarem a contribuir no enfrentamento da crise, vide o caso do Estado de São Paulo. Desde o início da crise não se viu em telejornais ou em outras redes o presidente da república visitando doentes ou famílias que perderam seus membros para esta terrífica doença. Porém, o mesmo não se pode dizer acerca dos passeios públicos e endossados por aglomerações de seus apoiadores atizados pela própria (des)liderança maior da nação. Pela imposição do distanciamento social, acreditava-se que os índices de

mortes de LGBTQIAP+ diminuiriam, mas, ao contrário, as ruas vazias foram ainda mais potentes para a ocorrência de crimes bárbaros sem que tivéssemos testemunhas para delatar o ocorrido.

Outro fato vergonhoso que paira sobre a nossa nação, como a presença do mascarado do conto de Edgar Allan Poe – A Máscara da Morte Rubra – é o dado que indica que, pacientes internados nas regiões nordeste e norte costumam apresentar mais comorbidades do que pacientes hospitalizados na região Centro-Sul – Sudeste, Centro-Oeste, Sul. Isso revela para o Brasil o país que o Brasil não conhece. Um Brasil que adoce povos específicos com o racismo estrutural que grassa massivo na capital do poder, que etiologicamente relaciona e acumula doenças em corpos, que também são memórias, e desestetiza dores e sofrimentos elegendo e desferindo infames palavras e frases como as que são ditas pelos adeptos do presidente sobre grupos minoritários, tratados a todo o momento como “vitimistas”. Mostra-nos o golpe do punhal do qual nos fala Maria Bethânia que a cada dia ganha sagaz impulsão e fertilidade em nos abichar à ponta de sua lâmina.

Lutemos e resistamos até que caia o rei de prata, até que caia o vice-rei de ouro, até que caia o rei de cara de pau e não fique nada, parafraseando a saudosa Elis Regina. Amanhã há de ser outro dia, mas enquanto o amanhã não ousa chegar, cheguemo-nos uns aos outros para prantear o luto, pois nossas vidas, nossos corpos e nosso povo preto, LGBTQIAP+ não são passíveis de luto, pois este não será eterno, mas são, quando preciso, apoiados pelo nosso pranto, que enquanto pranteia, planta com lágrimas o colherá com alegria!

Por Leandro Rodrigues Nascimento da Silva

Assinam este manifesto

Ana Lúcia Dias Dos Santos;
César Gomes Dos Santos;
Felipe Cazeiro;
João Vitor De Sena Campos;
Leandro Rodrigues Nascimento Da Silva

PERCURSOS (PSIC)ANALÍTICOS E DISCURSIVOS SOBRE A CONDIÇÃO DOS CORPOS NEGROS LGBTQIAP+ NA ORDEM POLÍTICA BRASILEIRA

Florence Belladonna Travesti¹

Jonas Alves da Silva Júnior²

Jairo Carioca de Oliveira³

Leandro Rodrigues Nascimento da Silva⁴

RESUMO: Este artigo tem por finalidade desenvolver uma intercrítica, por meio da visão teórica e social dos/as autores/as envolvidos/as, sobre as relações de gênero, étnico-raciais, discursivas, filosóficas e temporais da condição em que se encontra corpos negros LGBTQIAP+ que pendem para diversas instâncias periféricas: quando não geográficas, econômicas; ou estéticas, ou religiosas. Lançar luz sobre essa condição faz com que os/as autores/as implicados/as nesta escrita produzam, técnica e livremente, uma prosa contestatória que esgarça narrativas políticas brasileiras instituidoras de relações de poder. A proposta metodológica deste texto é que os/as autores/as recorram aos seus diários mentais de vivências para relatar a si mesmos/as em experiências.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Gênero. LGBTQIAP+. Educação. Política.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.dossiecorposneegroslgbtqiap.p8-15

¹ Historiadora pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mestranda em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

² Pós-doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Professor do Departamento de Educação e Sociedade (DES-UFRRJ).

³ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC-UFRRJ); teólogo e psicanalista.

⁴ Mestrando em Educação (PPEGEDUC-UFRRJ); professor da educação básica.

INTRODUÇÃO

Há inúmeras maneiras de se inaugurar algo, um monumento, uma estrada, um templo religioso, uma pessoa. Para um homem gay, ou travesti, ou quaisquer uma identidade da sigla LGBTQIAP+, sem a intenção de reduzir a igual patamar múltiplas experiências, não raro essa inauguração ocorre por meio do trauma. Da traumatologia da identidade revela. Porém, diferentemente do que podemos pensar de traumatologia da identidade, esse termo pode ter força e pretensão em querer nos dizer muito, mas não nos diz tudo. O trauma do qual falamos, o qual inaugura identidades LGBTQIAP+ negras não ocorre como um choque de supetão, assim antes o fosse. E por quê? Porque um choque de supetão obviamente nos causa um trauma, a depender do tamanho, da potência, do lugar de risco, das muitas variantes envolvidas pode se tornar em trauma crônico. Mas, se de supetão veio o trauma, também de uma só vez será demandada energia cognitiva, física para a sua digestão. Em outras palavras, para melhor compreender e admitir o que se ocorreu.

Porém, a traumatologia imposta aos LGBTQIAP+ negros ocorre de maneira esfarelada. Desde o momento em que você descobre que um lado cidadão seu está constantemente sofrendo fraturas por ser a cor da pele um marcador social em uma sociedade eivada de concepções racistas, como é o caso da brasileira, o que se adensou com o governo de Jair Messias Bolsonaro, e também descobre que a cada minuto que se passa você precisa achar uma maneira de dizer ao mundo o que se é: negro e LGBTQIAP+. Portanto, os nossos traumas ocorrem por meio da sociologia do interataque: somos atacados/as em duas frentes distintas e com potencial de trauma por certo incontestável.

Com o passar do tempo, essa traumatologia imposta se traveste de cuidado, e aos poucos vamos deixando de andar em certos lugares por cuidado, deixando de ler determinados textos por cuidado, deixando de frequentar certas religiões por cuidado, optando por viver na penumbra por cuidado e, quando de fato cuidamos em observar ao redor, aí é que veremos que o argumento do cuidado é tênue o bastante para construir entorno de nós mesmos cadeias abissais. É por cuidado que pouco queremos nos expor na escola com medo de sofrer racismo e LGBTQIAP+fobia, e também o é quando preferimos despersonalizar as nossas epistemologias para, então, nos sentirmos mais protegidos. O exemplo é direto e objetivo, ficamos como os grandes condomínios fechados, os quais por diligente cuidado erguem muros altíssimos, grades hostis e, já não somos os primeiros nem os últimos a questionar sobre isso, será que no fim são eles, os moradores dos grandes condomínios que estão presos?

É exatamente o que nos ocorre. Despersonalizar nossas epistemologias, como uma vez vi Boaventura de Sousa Santos dizer, é de fato uma maneira eficaz de cuidado, em um mundo que nos rechaça em corpo, alma e escrita, mas, até que ponto não protagonizarmos as lutas que temos nos deixa em lugar de conforto? E se não há conforto? E se o que chamamos de conforto é um desconforto da desrepresentação que contribui para a nossa invisibilidade no próprio meio do qual e no qual surgem

nossos conhecimentos? Meios de enfrentamento, e que, por isso mesmo, possui méritos multiformativos que são itinerantes, compreendidos na irredutibilidade das multirreferencialidades.

Fazer ou desfazer gêneros, contestar, tensionar os dispositivos de racialiidade, suprimir mediadores de opressão e sistematizar minimamente as nossas (in)certezas é, antes de tudo, reconhecer o nosso inacabamento diante dos fatos e admitir que para nos libertarmos do racismo, do machismo, da LGBTQIA+fobia, do conservadorismo da extrema direita neoliberal – ou nem tanto liberal assim – é preciso unir forças enquanto caminhamos. Caminhar é se educar, porque a educação social, emancipacionista, política, se faz na itinerância de quem caminha. Mas caminha tendo por alvo o aprimoramento da luta de classe, pelo fim do racismo de maneira racional. Queremos dizer que, como intelectuais progressistas, o sentimento narcísico precisa ser no sentido mais impactante da palavra, exorcizado de nós. O movimento negro, o movimento de mulheres travestis e transexuais, o movimento feminista precisa crescer na intercrítica, na crítica dialogada em grupos de pesquisa, em congressos, em seminários.

O que estamos neste artigo a propor, de alguma maneira, é uma reflexão que abarque nossos corpos, porque escrevemos de um corpo que sente, que vive, que chora e se apraz nas benesses e mazelas diárias, no sentido político do termo. A política pode ser vista como partidária? Pode e deve. Mas nem só de um só sentido viverá o homem, mas de todo o sentido que promane de uma só palavra. Portanto, concebamos a política sempre como algo a mais. Algo a mais no gênero, nas tecnologias raciais, nos currículos escolares e tantas outras frentes que julgarmos por ora importante. A política é a organização da vida, de nós mesmos. Portanto, politizar as relações em que negros e LGBTQIAP+ estão implicados e buscar renegociar sentidos para melhor se sentir no tempo-espaço. O Brasil atual, este de 2021, que já corre pé aos anos 2023, carece de uma nova ordem política, que só será admitida quando os movimentos progressistas casarem alianças.

Alianças que devemos estabelecer na vida profissional, na esfera educacional, na esfera político-partidária, social, econômica, como se uma grande irmandade fosse. É delírio ou é loucura tanta utopia perante os céus? Pensamos que não. Bem-aventurado é aquele que vive de utopia, e ignora com unhas e dentes a distopia conservadora que pensa se impor no futuro agindo na macroestrutura. Que sejamos partícipes de um movimento de toupeiras, que, diafanamente, criam a insurgência sem que a superfície perceba os seus movimentos. Movimentos comedidos não por “cuidado”, mas por paciência e certeza de que no final, ou no que chamamos de final mais que na verdade é o início, ou que chamamos de início mais que é meio, sairemos iguais, equânimes e deleitosos/as.

Transvestis negras e a tripla racialização: o gênero, o sexo e o Estado

Numa perspectiva *queer*, pensar as dissidências sexuais e de gênero a partir da categoria analítica *raça* vai de encontro a uma produção biologizante de corpos que são perpassados por marcações que atestam diferenças sociais encontradas em

uma encruzilhada abjetivante do Estado, dividido em uma disputa de poderes que vão de encontro à Ciência, ao Direito e a Medicina, que pela construção histórica de determinada soberania, findou por formar vários imaginários comuns em nossa sociedade civil.

A biologização de corpos por estes campos de saberes que formam a sociedade ocidental faz-se por meio de três dispositivos comuns: a raça, o gênero e o sexo. Isso dignifica dizer que a produção de racialização de corpos negros e LGBTQIAP+ assentam-se sobre perspectivas que tomam por produto final uma diferenciação qualitativa dos indivíduos por causa de sua cor, por suas condições de gênero, sexo e sexualidade.

Essa possibilidade de pensar a intersecção das categorias gênero, raça e sexo, leva-nos à compreensão dos locais geográficos que muitos corpos encontram-se quando perpassados por esses discursos de diferenciação que incidem em suas condições de existência. Isso porque junto ao processo de racialização está fortemente configurado uma determinada misoginia que coloca esse exercício de diferenciação social, de algum modo, no campo da feminilidade e feminilização de alguns grupos de pessoas.

São essas ligações, por conseguinte, que formam pessoas LGBTQIAP+ negras enquanto antagonistas ontológicas do homem branco, cisgênero e heterossexual. Tal perspectiva localiza-nos de frente a uma estratégia política civilizacional emergente de uma ideia de branquitude onde a construção social pensada para o mundo ocidental constitui-se numa ideia equivocada de pureza racial desde da Antiguidade Greco-Romana, que foi recuperada e refinada no século XVIII, onde “a palavra *civilização* significou um conjunto de instituições capazes de instaurar a ordem, a paz e a fidelidade, favorecendo o progresso intelectual e moral da humanidade” (PINSKY, 1994, p. 45).

Nessa perspectiva, a categorização de raça interseccionada ao gênero e a sexualidade remonta uma Antiguidade pautada nas relações de alteridade que visavam a regulamentação do Estado de Direito, para então recair sobre os diferentes corpos. Isso significa que o Estado, a partir de um ideal branco, construiu-se em uma lógica de racialização de grupos sociais para construir modos de governar. Sabe-se, por exemplo, que desde pelo menos 1444, em Veneza, haviam regulamentações sociais sobre homossexuais (RICHARDS, 1993, p. 152) e prostitutas, baseados no direito romano, onde preteria-se a visibilidade pública dessas pessoas em locais de destaque citadino, como os centros.

Essa lógica de racialização perpassa todo o período medieval e chega ao século XVIII requintando o conceito de *raça*, modernizado a partir de périplo da costa africana de outrora. O século XVIII torna-se interessante nessa perspectiva, porque demonstra-se um período de tempo onde a Ciência olha com veemência para o passado recente e começa a dar explicações a vários processos sociais ruins, porém ainda turvos. Moderniza-se o conceito de *raça* tomando sua plena abrangência enquanto categoria de inferiorização nas mais diversas esferas da sociedade, influenciada por perceptivas não somente trabalhada pela ciência, mas também pela

Igreja Católica e o Direito, isso porque, principalmente nesse século, marcou-se uma série de disputas institucionais que fragmentava o Estado Absolutista (FOUCAULT, 1996). Tal fragmentação política que precedeu o século XIX foi marcada por disputas das quais buscou-se provar, em muitos âmbitos, quais instituições e representantes institucionais poderiam ter mais poder, o que significa, em outras palavras, que foi um período marcado pela construção dos *outros* para se definir o *eu* de poder.

Essa construção refinada da categoria de *raça* enquanto controle biológico tem algo do campo da *subalternização* das dissidências sexuais e de gênero, compreendidas como não reprodutoras. Se pensarmos por esse ponto, a construção de *raça*, como considera Boaventura de Sousa Santos (2010) é um constructo que divide *eles* e *nós*, dentro de ausências muito profundas, abissais.

Em misoginia, a *raça*, o gênero e a sexualidade para voltados à lógica reprodutivista de perpetuação da espécie humana volta-se ao mesmo sentido sobreposto do século XVIII, onde também houve uma construção de pensamento de *submissão* para *passividade*, colocando o corpo da mulher enquanto um vaso receptor dos prazeres masculinos somente, e que teria por característica certa frivolidade sexual. Essas chaves de pensamento terão influência no século seguinte, com a definição de *histeria* feita por Sigmund Freud, bem como sua afirmação de que as mulheres saem da infância com tendências bissexuais (LAQUEUR, 2001).

É interessante notar, então, o entendimento de bissexualidade que aparece, porque a intersecção das dissidências sexuais e de gênero adentram na discussão como uma possibilidade de interrogação e compreensão disruptiva das abrangências racializadoras e generificadoras da biologização dos corpos, mesmo que isso também constitua um triplo problema de exclusão social para pessoas LGBTQIAP+ negros. Se a construção do gênero, da *raça* e do sexo modernos foram feitos considerando uma visão binária de homens e mulheres, surge a partir das dissidências sexuais e de gênero, e aqui nominalmente a figura da travesti negra, uma quarta construção biologizante de *raça* totalmente compulsória, a partir de uma incongruência entre sexo e gênero.

A não compreensão da incongruência de gênero e *raça* realoca uma confusão corriqueira entre mulheres de pênis, homens de vagina, bem como gêneros diversos, perpassados pela categorização de *raça* também, onde muitas vezes os atravessamentos que incidem sobre esse corpo compõem uma encruzilhada que, ao mesmo tempo em que é passagem para quatro maneiras de racialização, também é passagem para quatro maneiras de fissuras, quando considerado a transfobia advinda do próprio meio LGBTI+, das instituições sociais, de origem cisgênera e heterossexual, e dentro de alguns segmentos negros que não reconhecem as pautas travestis. Nesse sentido há uma “cacofonia” que envolve a incongruência entre gênero, sexo e *raça* de pessoas trans negras, porque na construção de imaginários sociais do gênero, do sexo e da *raça*, se pensou, desde o início em pessoas cisgêneras.

Essas construções pensadas para pessoas cisgêneras recaiam sobre corpos transgêneros negros de maneira mais complexa, onde geralmente relegou-se o campo do radicalmente monstruoso e hipersexualizado. Nessa perspectiva de

hipersexualização, desde a Baixa Idade Média, a Igreja Católica difundia a figura do diabo com grande rabo, grandes chifres, seios fartos e grande pênis (LEITE JR, 2011), construindo ao longo do tempo, uma crença abominante aos corpos de peito e pau.

Masculinização Absoluta e o Lugar das Bichas Pretas: Corpo-para-o-trabalho (objeto) e corpo sexuado (abjeto):

No século XIX, aqui no Brasil havia um culto pela mulher frágil, que se refletia na etiqueta e na literatura e também no erotismo, um culto narcisista de homem patriarcal, de sexo dominante, que se servia do oprimido e que, ao fragilizar o feminino, sentia-se mais forte e mais dominador (FREIRE, 1987).

Assim, em nossa sociedade brasileira, o gênero masculino, sempre esteve em uma posição de poderio dentro da estrutura patriarcal judaico-cristã cisheteronormativa.

No entanto, nem todos os corpos masculinos se beneficiavam do mesmo sistema patriarcal dentro da tessitura social dominante, o corpo negro carregava uma carga negativa neste contexto, pois estigmatizado como o dominado, o oponente a ser excluído e diminuído, padecendo assim dos efeitos do racismo.

Um corpo historicamente fetichizado e por isso fragmentado em partes, atravessados por marcadores sociais de diferença que fazem conexão com todos os estereótipos que ao longo dos séculos foram reforçados no inconsciente de forma negativa, trazendo assim um efeito traumático da situação colonial na construção de sua subjetividade, onde quanto maior o número de marcadores num mesmo corpo, maior será a exclusão, o que incide no desejo do corpo negro em ser um corpo branco (FANON, 1983).

Também é impossível pensar a masculinidade negra sem considerar que a história desse grupo racial é formada por forte influência feminina, um olhar intimamente ligado ao de classe e gênero que reflete o conceito de interseccionalidade (AKOTIRENE, 2020).

A categoria raça também funciona socialmente como um marcador de diferenças. O corpo negro traz assim, uma ausência de identidade, onde as representações simbólicas exploradas pela mídia erótica advêm do período da escravidão, que exigiam desses corpos dominados uma força descomunal que acabou por alimentar mitos sobre um corpo de extrema virilidade e, portanto, de uma potência sexual inesgotável, desumanizado, objetificado e hipersexualizado.

Freud numa nota de rodapé em 1915 aos Três ensaios da Teoria da Sexualidade destacou que os conceitos de masculino e feminino, se são inequívoco para o senso comum, na verdade estão entre os mais confusos da ciência, e estabelece três sentidos para as noções de masculino e feminino: o de atividade e passividade, o biológico e o sociológico (FREUD, 1905).

O sentido de atividade e passividade está relacionado à descrição que Freud (1905/1987f) faz da libido como masculina, com o caráter ativo da pulsão – ainda que esta possa buscar metas passivas. No sentido biológico, Freud observa que a atividade e suas manifestações, como a agressividade, são relacionadas à

masculinidade. O terceiro sentido, sociológico, remete à relação de seres masculinos e femininos em sua realidade social, ou seja, são resultado das identificações que estruturam o Eu de acordo com os ideais de gênero atribuídos pela cultura.

Numa cultura marcada pelo racismo só é permitido ao corpo negro transitar dentro do laço social entre dois espaços possíveis: corpo-para-o-trabalho, e, portanto, um objeto com um objetivo – ser dominado e prestar-se ao dever da produtividade; e corpo sexuado, e, portanto, um abjeto se situando dentro da heteronormatividade sexual, desvinculado do afeto numa ideia de masculinização absoluta. E onde se encaixa as bichas pretas?

Temos um governo atual autointitulado terrivelmente cristão e que se caracteriza fundamentalista e conservador. No dia da cerimônia de transmissão de cargo na qual Damares Alves, é empossada como a nova ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, a ministra afirma que é inaugurada agora uma “nova era” no país, em que “menino veste azul e menina veste rosa”.⁵

Quando chegamos ao mundo patriarcalizado somos designados e submetidos a um destino único no laço social onde ou se é homem ou se é mulher, e essa atribuição “ultrapassa muito a simples constatação, implicando uma massa de representações em rosa ou azul que precedem em alguns séculos, ou milênios, a criança que vêm ao mundo” (ANDRÉ, 2015).

Então falar do corpo negro masculino e da dinâmica de afetividade das bichas pretas é buscar compreender uma sexualidade que se forma dentro de um ambiente cultural de hostilidade, repressão e medo e assim entender a complexidade desta construção se levarmos em consideração que um simples gesto como o olhar possui diferentes interseccionalidades (SILVA JUNIOR; OLIVEIRA, 2021).

Isso fica ainda mais tensionado, quando na bicha preta a performance de feminilidade é mais latente, fugindo do que o padrão hegemônico masculinista engendra, e assim, tornando-se um corpo invisível para as afetividades.

Ser uma bicha preta é ser este Outro, capaz de amar e que contrapõe a ideologização racista de um corpo negro viril portador de uma masculinização absoluta, um corpo enquanto mercadoria do capitalismo neoliberal (nem tanto liberal assim) – um corpo objeto – corpo enquanto mercadoria que se estende para o outro e que se presta ao consumo pornográfico, numa sexualidade sem Eros (HAN, 2017).

E construir laços portadores de afetos é poder engendrar uma escrita com o corpo dentro do laço social de (enfrenta)mento ao laço econômico capitalístico cisheteronormativo onde as relações homoafetivas são desprovidas de sentimentos – um corpo abjeto – e portanto possível de ser possuído e invisibilizado, portanto um corpo desprovido de desejo.

Então, como falou bell hooks, esta capacidade de estabelecer afetos só é possível quando reconhecemos que a opressão e a exploração distorcem e impedem

⁵<https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damaraes-alves-em-video-23343024> pesquisa realizada no dia 01/11/2021

em cada corpo negro a capacidade de se amar⁶, somente a partir da singularidade do desejo é que o sujeito se constrói no laço social e reconhece o outro em sua singularidade, através de Eros.

O eros é a eterna possibilidade de não termos mais o outro, pois se fosse possível possuir, apreender e reconhecer o outro, o outro não seria o outro (Han, 2017) e como escreveu o apóstolo João “Aquele que não ama ainda está morto”.⁷ O amor cura.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo. Jandaia. 2020
- ANDRÉ, Jacques. L'anatomie imaginaire, c'est le destin. Dans Revue française de psychanalyse 2015/5 (Vol. 79), pages 1713 à 1717.
- FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Rio de Janeiro. Editora Fator, 1983.
- FREUD, S. (1987f). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In J. Strachey (Ed.), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 7, pp. 119-231). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1905)
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25ª Edição. Rio de Janeiro. Editora José Olympio
- HAN, Byung-Chul. Agonia do Eros. Petrópolis: Vozes, 2017.
- FOUCAULT, M. La vida de los hombres infames. La Plata, AR: Editorial Altamira, 1996.
- LAQUEUR, T. W. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LEITE JR., Jorge. Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2011.
- OLIVEIRA, J. C. Seja Homem: Reinvenção de uma Masculinidade em Crise. Rio de Janeiro. Editora Conquista. 2021
- PINSKY, J. ...e o homem criou as cidades. In: _____. As primeiras civilizações. São Paulo: Atual, 1994. p. 42-52
- RICHARDS, Jeffrey. Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: ____; MENEZES, M. P. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

⁶<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor> pesquisado dia 01/11/2021

⁷1 JOÃO 3:14 (Bíblia para todos Edição Católica)

LESBOFOBIA, RACISMO E SOLIDÃO. DOS ATRAVESSAMENTOS DE SER UMA MULHER NEGRA LÉSBICA NO BRASIL

Liliane Cristina Martins⁸

Resumo - Esse artigo pretende discutir a partir da experiência de uma mulher negra lésbica, que tem a vivência do que é ser uma mulher negra lésbica no Brasil. Caminho esse que de uma forma ou de outra perpassa ou perpassou pelos caminhos da lesbofobia, do racismo e da solidão.

Palavras-chaves: mulher; lésbica; negra.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.dossiecorposnegroslgbtqiap.p16-23

⁸ O presente trabalho foi realizado com apoio: 1) da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, através de bolsa de mestrado da autora. Graduada em Psicologia pelo Pitágoras na cidade de Divinópolis (2018). Pós-graduada em Direitos Humanos e Cidadania pelo Instituto São Tomás de Aquino (2019). Mestranda em Psicologia Social pela UFMG (2020-2021). Conselheira Referência da Comissão de Orientação Mulheres e Questões de Gênero do Conselho Regional de Psicologia de Belo Horizonte. Psicóloga Clínica.

INTRODUÇÃO

Meu nome é Liliane, sou mulher, negra, lésbica, feminista, Conselheira do CRP-Conselho de Regional de Psicologia de Minas Gerais, psicóloga, especialista em Direitos Humanos e mestranda em psicologia social pela UFMG, hoje ocupando a cadeira das lésbicas no Comitê Integral de Saúde LGBT do Estado de MG pelos movimentos sociais representando a Rede Afro LGBT, assim como faço parte de Rede LésBi Brasil.

Sempre que ia apresentar um trabalho em congressos, ou fazer uma fala em algum evento eu me apresentava apenas como Liliane, então a alguns anos atrás tive a oportunidade de fazer o cerimonial da semana acadêmica de psicologia da faculdade, estudei em uma faculdade particular, fui Prouni 100% e tenho muito orgulho disso e naquela noite com o auditório cheio com mais ou menos 400 pessoas eu me apresentei dessa mesma forma que agora, com algumas diferenças posto que era estudante de graduação, enfim, como mulher, negra lésbica e pude sentir o silêncio e o incômodo das pessoas, dos então estudantes de psicologia e esse silêncio e esse incômodo deles não me incomodou, posto que a minha intenção era essa mesmo provocar. Mas fiquei me perguntando por qual dessas representações eles ficaram mais incomodados?

A ideia que a gente tem é que vai entrar na faculdade e abrir os horizontes, mas na minha sala éramos 28 alunos e somente 2 se interessaram pela temática de gênero e éramos 5 alunas negras. Essa apresentação da semana acadêmica me rendeu um convite pra falar sobre racismo em uma das turmas da faculdade e foi a primeira vez aliás que o tema racial surgiu a mim, eu já tinha uns 35 anos, então precisamos falar também do acesso à educação das mulheres lésbicas negras, enfim depois de algum tempo de debate me deparo com uma pergunta “Liliane, te vi na semana acadêmica, quanto a sua apresentação você não tem medo de se expor assim?” No primeiro momento eu nem soube o que responder por que eu até então nunca tinha pensado nisso.

Nasci negra, me percebi lésbica muito cedo, me construo enquanto mulher todos os dias e não me dei conta das vulnerabilidades que eu estava exposta, mas naquele momento em que aquela pergunta foi direcionada à mim algo mudou, estava no 9º período de psicologia e durante esses quatro anos e meio de formação vinha trabalhando e conversando sobre a pauta trans, sobre hormonização, despatologização, direito ao nome social, retificação de nome, enfim, no momento dessa pergunta descobri que o mais difícil pra mim seria falar do meu lugar, do meu lugar de mulher lésbica e negra e vim fugindo desse debate por muito tempo. Mas hoje através das palavras de Audre Lorde eu entendo que no movimento negro eu sou lésbica e no movimento lésbico sou negra, um atravessamento não é maior que o outro, são sim atravessamentos.

A lesbofobia passa por várias vertentes dentre elas está a raça, se você é lésbica que performa feminilidade, branca, a não ser que fale de si, passará despercebida no trabalho, vai passar nas entrevistas de emprego, vai passar pela

escola ou universidade sem maiores problemas, mas se você for uma lésbica com estereótipos masculinos e negra, dificulta a possibilidade de se colocar no mercado formal de trabalho, aumenta as chances de ser chamada de sapatão de forma pejorativa, mulher macho, ou mesmo deser agredida não só verbalmente mas também fisicamente.

Pensando num país como o Brasil em que orientação sexual é um fator social quando somado a raça e gênero, falar de ser mulher, lésbica e negra é pensar em várias outras formas de estar exposta a vulnerabilidades, posto que raça, gênero e orientação sexual são fatores de exclusão social, ou seja se torna mais difícil o acesso à educação, a saúde, aos direitos humanos básicos e até mesmo o direito humano fundamental que é a vida. Pensando o conceito de interseccionalidade que é o cruzamento das opressões, precisamos falar desses cruzamentos de forma ampla, pois quando se é uma mulher negra no Brasil a possibilidade dessa mulher na base da pirâmide social no Brasil é muito grande, se além de mulher negra ser lésbica ou trans, a possibilidade de sofrer violências aumentam mais ainda, pois sofremos com o atravessamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia. Como afirma Carla Akotirene “O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo” (AKOTIRENE, 2019, p. 23).

Refletindo sobre a sociedade civil e nas questões de controle social temos que refletir que a grande maioria dos movimentos Lgbts são dirigidos por homens gays, na sua maioria homens gays brancos classe media, onde há muitos negros gays, pessoas trans e lésbicas negras que se destacam nesses movimentos, mas não tem nenhuma identidade de sua negritude e ficam nos movimentos por ser mais fácil se assimilarem ou muitas vezes são silenciadas dentro desses movimentos. A reflexão a fazer é: E dentro do movimento negro, as mulheres LBTs tem lugar de fala? As mulheres negras lésbicas que estão inseridas no movimento negro têm liberdade para falar de sua sexualidade sem medo?

A uns dois anos participei de um curso somente para pessoas negras divididas entre representações acadêmicas e da sociedade civil, ongs, no total éramos umas 20 pessoas, no primeiro dia na apresentação, somente eu me afirmei enquanto lésbica e uma outra mulher enquanto bissexual e isso me incomodou muito, fiquei remoendouns dois dias e depois do curso como de costume íamos há um bar confraternizar e refletir sobre os temas, perguntei ao pessoal na informalidade sobre orientação sexual, tinham mais 1 mulher lésbica, mais duas mulheres bi e um homem gay, aí perguntei opor que não se identificam como tal, será que essa não é uma representação política? É possível escolher uma luta racial e ignorar a intersecção com a orientação sexual? Pergunto, quem são as referências das adolescentes lésbicas negras quando estamos nos espaços e não colocamos orientação sexual como fator político?

Me lembro do encontro nacional de mulheres negras em Goiás em 2018 onde por um exemplo a grande maioria das mulheres negras não sabiam que Ângela Davis é lésbica. Bom, eu não posso dizer que o racismo me dói

mais pois estaria colocando de lado as implicações psicológicas e físicas que a lesbofobia também me implicam. Não posso tentar salvar apenas uma parte de mim. A realidade é que mulheres negras não conseguem se sentir contempladas no movimento LGBT que tratadas questões na branquitude do movimento e nem no movimento negro que trata das questões na heteronormatividade. Alguém já parou pra pensar a questão da solidão da mulher negra lésbica? Tendo a orientação sexual chegado como fator determinante antes da raça, sendo uma mulher negra lésbica, por muitas vezes não me atenteique a solidão das mulheres negras heterossexuais não diferem em nada da solidão das mulheres negras LBTs, e eu aprendi em minhas leituras feministas negras dentre elas Patrícia Hill Collins, que tenho duas opções para lidar com ela. A primeira é sofrer, a segunda não exclui a primeira, mas me permite subverter e transformar esse sofrimento em conhecimento, ou seja, a escrita que parece individual, mas que é coletiva, pois por mais solitário que seja o ato de escrever sinto muitas vezes ecoando comigo.

Bom, é preciso refletir essa segregação não acontece somente dentro de movimentos LGBTs, mas também dentro de outros movimentos sociais e autarquias por exemplo, fui conselheira no Conselho Municipal do Direito da Mulher no interior de Minas Gerais na época éramos 4 mulheres negras pra mais de 10 mulheres brancas e eu a única lésbica. Há uma homogeneidade hetero e branca dentro dos conselhos por exemplo, no entanto é necessário que também ocupemos esses espaços por que onde não estamos não existimos. Hoje estou como conselheira no Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e permaneço sendo resistência e minoria tanto enquanto negra tanto quanto lésbica, não sendo a única, temos mais três mulheres negras conselheiras, mais duas lésbicas e uma bissexual e seguimos fazendo valer o debate e a importância de debater psicologia e racismo, lesbofobia e psicologia, enfim a importância de fazer um debate interseccional.

O padrão de beleza LBTs e aqui falo LBT tratando de mulheres que amam mulheres e essas podem ser lésbicas, bissexuais ou mulheres trans, esse padrão não difere do padrão de beleza hetero que é historicamente eurocêntrico, onde temos como ideal de beleza a mulher branca, magra, cabelo liso, como nos aponta Paula Gonzagaem sua tese, A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo. Produções de si e do mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais,

“Numa sociedade que aponta a beleza branca e magra como parâmetro de crescimento pessoal (vide o cinema, as novelas, a moda), mulheres negras aprendem desde cedo que a solidão muitas vezes não é uma escolha, mas sim um dado” (GONZAGA, p 201 ,2019).

O que que faz com que mulheres negras LBTs sofram assim como as mulheres negras heterossexuais da solidão da mulher negra, então é importante trabalharmos nossa autoestima, empoderamento e aqui não estou falando de

empoderamento somente enquanto estética, mas no que nos traz Joyce Bert o empoderamento intelectual, político, financeiro e coletivo. Vivendo em um contexto onde ainda somos exploradas, invisíveis, desvalorizadas socialmente e violentadas o fato é que ainda se escolhe com quem dividir ou construir uma vida pela cor da pele. A solidão da mulher negra em vários âmbitos, seja ele afetivo, profissional, acadêmico, institucional, me faz refletir sobre o que é hoje o mercado matrimonial para as mulheres negras quando temos um passado onde éramos vendidas, compradas, comercializadas.

Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (HOOKS, 1995, p. 6)

Quanto de força é exigido de nós mulheres negras? Força no período da gravidez e por isso menos cuidados desde o pré-natal com a metade de ultrassons que fazem em mulheres brancas. Força na hora do parto e por isso menos anestésias do que nas mulheres brancas, segundo a pesquisadora da FIOCRUZ, Maria do Carmo, “durante a episiotomia, que por sinal não é mais uma prática que se recomende que seja feita, a chance de a mulher negra não receber anestesia é 50% maior”. Força quando se é abandonada pelos parceiros e ter de criar os filhos sozinha, segundo IBGE (2018), 56,9% das famílias chefiadas por mulheres com filhos vivem abaixo da linha da pobreza. Para as negras, a proporção sobe para 64,4%. Força para trabalharem ambientes onde os chefes são sempre brancos, apesar de serem a maioria da população, os cidadãos brasileiros classificados pelo IBGE como pretos e pardos ocupam só 10% dos cargos de chefia. Força para ser sempre a única aluna negra em alguns cursos nas universidades, segundo o IBGE existe uma grande diferença no acesso a níveis de ensino pela população negra: das pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos que frequentavam o nível superior, 31,1% dos estudantes eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram negros e 13,4% pardos.

Esses dados se repetem em alguns movimentos sociais, em algumas autarquias, conselhos, conferências e afins. O quanto de força é exigido das mulheres negras? E das mulheres lésbicas negras? Não estaria essa força matando mulheres negras? Não bastou ter sido forte para sobrevivermos até aqui? Ter tido todos os direitos negados enquanto mulheres escravizadas? Tendo usada sua força de trabalho em canaviais, nas casas dos senhores, na exploração do ouro, seu corpo vendido como mercadoria, suas vontades

subjugadas, seus corpos violados, castigados, marcados como de animais.

A construção dessa força das mulheres negras segundo Bell Hooks (2019) está ligada ao processo de escravização dessas mulheres que a princípio não eram tão valorizadas no mercado escravocrata até que os colonizadores com a escassez de homens escravizados passaram a incentivar que mulheres brancas tivessem relações com homens negros como meio de reproduzir mais escravos, o que causou incômodos, polêmicas e surgimento de novas leis que diminuíam a mulher branca a condição de escravas. Então tiveram a brilhante ideia de traficarem mulheres negras pois essas sim, poderiam reproduzir mais homens negros, mais mão de obra escrava assim, como trabalhar nas casas de senhores fazendo os trabalhos que as senhoras brancas não estavam muito dispostas.

A partir de então as mulheres negras que em África faziam trabalhos como plantar arroz, carregar água, cortar madeira o que era comum nas divisões de trabalhos nas tribos, se tornaram o alvo perfeito e mais caro para o comércio de pessoas escravizadas. A sua força de trabalho fora confundida com a mesma força de trabalho de um homem e muitas trabalhavam em pé de igualdade com os mesmos nos canaviais, na colheita do algodão. Ainda segundo Bell Hooks, “é óbvio que as duas forças, sexismo e racismo, intensificaram e aumentaram os sofrimentos das mulheres negras e a opressão contra elas” (p.32,2019). Da mulher negra lésbica continua sendo exigido força para passar pelo preterimento, pela solidão e por vezes pelo celibato que não é um chamado, mas sim uma imposição social racista.

A questão da afetividade LBT é muito delicada posto que sofremos não por sermos lesbo afetivas, mas sim pelo que a sociedade tem do imaginário social do que é lesbo afetividade. As pessoas não têm ideia de quantos momentos nós perdemos por medo, por exemplo, em uma festa, em uma saída em um shopping, onde antes de pegar na mão ou de dar um beijo temos que pensar na reação dos outros em relação a nós. Entende-se que o preconceito, a discriminação, e a exclusão social são dispositivos que promovem a manutenção do sofrimento e adoecimento dos sujeitos. “Dessa forma, não é a condição de ser LGBTI+ que gera o sofrimento, mas sim as vivências de exclusão e marginalização causadas pela discriminação e preconceito”. (Nota técnica nº 1/2021/GTEC/GG/CFP). Nós somos todas hipersexualizadas, algo que se perde com a obrigação da saída do armário. Digo a história de uma amiga lésbica negra que ao contar pra família que era lésbica ouviu barbaridades da mãe, as irmãs ficaram semanas sem falar com ela direito, perguntaram se precisava mesmo dela ter contado, é como se não pudesse mais ter amigas que todas são suspeitas de serem namoradas. De uma hora para outra deixamos de ser irmãs, filhas, tias, sobrinhas, mães, as pessoas não conseguem acreditar que possa existir amor entre duas mulheres.

Vim fazendo meu caminho desde a graduação um mix com a militância, por que penso ser muito difícil ou irreal falar de algo sem estar vivendo de perto o que acontece dentro dos movimentos sociais, nos eventos, nas conferências e penso ser muito importante participar dessas construções, falando um pouco dessas

minhas experiências em conferências e congressos sempre tem algumas histórias em particular que me lembram e reforçam o por que dessa luta por discutir interseccionalidade. Eu estive num encontro de mulheres lésbica e bissexuais alguns anos atrás e teve uma festa a noite, tocava todo tipo de música, mas sempre alguém pedia funk e passava por mim e comentava poxa, podia tocar um funk né? Da primeira vez normal, mas isso deve ter acontecido umas três ou quatro vezes num curto espaço de tempo, e isso me fez pensar? Só por que sou negra sou obrigada a gostar de funk? Não tenho nada contra o funk, danço também, mas isso não pode ser tomado como regra para todas as mulheres negras, e esse questionamento feito insistentemente por uma mulher também lésbica, mas branca, deixa nítido como as opressões se misturam dentro dos movimentos sem que as pessoas percebam e o quanto precisamos estar atentas a elas.

Eu não poderia terminar essa escrita sem mencionar a importância de fazermos os debates sobre mulheres negras lésbicas dentro do movimento negro, pois precisamos lembrar o que foi a morte de Luana Barbosa, mulher negra, lésbica, mãe, periférica que performava masculinidade que foi espancada por cinco policiais na frente do seu filhote de 14 anos e veio a óbito alguns dias depois. As pessoas que presenciaram tal feito dizem que Luana levantou a blusa para mostrar os seios e provar que era uma mulher, eles não poderiam aborda-la daquela forma, a forma que se aborda um jovem negro periférico aliás, forma que nenhum ser humano deveria ser abordado. É sobre e com essas mulheres que precisamos fazer o diálogo. Para que possamos juntas enfrentar o racismo a lesbofobia e a solidão de cada dia.

REFERÊNCIAS:

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade, Feminismos Plurais, 2019. BERTH, Joice. O que é empoderamento? Letramento, 2018.
- BRASIL DE FATO. Mãe, negra e lésbica: assassinato de Luana Barbosa permanece impune após 3 anos. Brasil de Fato. 2019. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/13/mae-negra-e-periferica-assassinato-de-luana-barbosa-permanece-impune-apos-tres-anos/> Acesso 22/07/2021.
- BRASIL. Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2016. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf> Acesso 17/07/2021.
- CARTA CAPITAL. Racismo na saúde: nas maternidades do Brasil a dor também tem cor. 2020. Carta Capital. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/racismo-na-saude-nas-maternidades-do-brasil-a-dor-tambem-tem-cor/> Acesso 16/07/2021.
- CFP. Nota técnica nº1/2021/GTEC/GG. Disponível em <https://site.cfp.org.br/documentos/nota-tecnica-no-1-2021-gtec-cg/> Acesso 21/07/2021.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsiderwithin: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Estado e Sociedade. Volume 31 Número 1 janeiro/abril 2016. Disponível em:

- <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em 19/07/2021.
- FOLHA UOL. Dia da consciência negra: números expõem desigualdade racial no Brasil. 2019, LUPA. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/#:~:text=t=56%2C10%25.,7%20milh%C3%B5es%20se%20declaram%20pardos>. Acesso 05/07/2021.
- GELEDES. Racismo, miscigenação e casamentos interracialis no Brasil, Portal Gelédes, 2013. Disponível em https://www.geledes.org.br/racismo-miscigenacao-e-casamentos-interraciais-no-brasil/?gclid=CjwKCAjw7J6EBhBDEiwA5UUM2qE7lM9mHsuNpNYwm7yyU4v5JYQrFyqfjpaV27kWDBWgy3KCdA3boRoCGCcQAvD_BwE Acesso em 03/07/2021.
- GONZAGA, Paula Rita Bacellar, "A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo": Produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação Em Psicologia, 2019.
- HATITXPOS. Mulher, solo e pobre. Por que a maioria das mães solo brasileiras vivem abaixo da linha da pobreza? Disponível em <http://hatitxpos.com.br/2019/07/15/mulher-solo-e-pobre-por-que-a-maioria-das-maes-solo-brasileiras-vivem-abaixo-da-linha-da-pobreza/> Acesso em 15/07/2021.
- HOOKS, Bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo. Rosa dos tempos. 2020.
- HOOKS, Bell. Erguer a voz. Pensar como feminista, pensar como negra. Editora Elefante. 2019.
- IPEA. Jovens e mulheres negras são mais afetadas pelo desemprego, Boletim do Mercado de Trabalho nº 65, São Paulo. Disponível em, http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34371&catid=10&Itemid=9 Acesso em 04/01/2021.
- SILVA, Andrew. Somos iguais em que? Dados sociais mostram que negro continua na inferioridade. Blog na rede, observatório do racismo. 2020. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2020/04/somos-iguais-em-que-dados-sociais-mostram-que-negro-continua-na-inferioridade/> Acesso em 16/07/2021.

EDUCAR PARA O ORGULHO: NOTAS SOBRE FORMAÇÃO DOCENTE

Samilo Takara⁹

Rosângela Aparecida Hilário¹⁰

Vinicius de Souza Santos¹¹

RESUMO: A proposta do texto é dialogar sobre o entendimento da necessidade de compreensão do significado do orgulho e visibilidade LGBTQI+, tendo como pontos para reflexão a formação docente, o recorte racial e o significado de orgulho para além da etimologia. Insere-se na produção de estudos culturais sobre gênero e sexualidade e, também, nas referências do feminismo negro e suas teóricas em função da abrangência e inclusão como Guacira Lopes Louros e bell hooks, entre outras. Conclui-se constatando que o entendimento ainda é restrito e a opressão em face da desobediência de gênero uma constante na escola.

Palavras - chave: Orgulho; Estudos Culturais, Feminismo Negro

ABSTRACT: The purpose of the text is to discuss the understanding of the need to understand the meaning of pride and LGBTQi+ visibility, with points for reflection on teacher education, racial focus and the meaning of pride beyond etymology. It is inserted in the production of cultural studies on gender and sexuality and also in the references of black feminism and its theories in terms of scope and inclusion, such as Guacira Lopes Louros and bell hooks, among others. It concludes by noting that understanding is still restricted and oppression in the face of gender disobedience is a constant at school.

Keywords: Pride; Cultural Studies, Black Feminism

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.dossiecorposneegroslgbtqiap.p24-37

⁹ Pós-Doutor em Comunicação UEL/PR) Doutor e Mestre em Educação (UEM). Professor do Departamento de Ciências da Educação e da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola de Campo de Rolim de Moura. Professor Permanente do Programa de Pós- Graduação em Educação do Campus José Ribeiro Filho. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estudos Culturais e Educação do Campo.

¹⁰ Pós-doutora e doutora em Educação/FEUSP. Professora do Departamento de Ciências da Educação de Porto Velho. Professora Colaboradora do Programa de Pós – Graduação em Educação do Campus José Ribeiro Filho/UNIR. Líder do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde.

¹¹ Graduando em Pedagogia/UNIR. Membro do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde.

ORGULHO DE QUE, ORGULHO DE QUEM?

A palavra orgulho é definida no dicionário online Priberam¹² como “manifestação do alto apreço ou conceito em que alguém se tem”. Diante dessa definição e da ideia de orgulhar-se, o mês de Junho que é disputado como mês do Orgulho LGBTQIA+ ou, ainda, como mês da visibilidade das pautas e das demandas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, assexuais e outras possibilidades identitárias sobre as dimensões de sexualidade e identidades de gênero.

Diante do contexto em que vivemos, a questão que mobiliza este texto é: somos educadas para nos orgulharmos de sermos LGBTQIA+? Ao analisar o orgulho como uma capacidade de ter apreço por si, sentimos a necessidade de problematizar a tarefa educacional prevista no objetivo constitucional de contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa (BRASIL, 1988). A Educação é um espaço para tratarmos sobre o orgulho.

Ao vislumbrar a discussão sobre o desenvolvimento da pessoa, optamos por seguir a perspectiva da identidade como uma oportunidade de discutir a formação para o desenvolvimento pleno da pessoa. E, para poder pensar em identidade, também retomamos o conceito de diferença como necessário para desenvolver o debate e contribuir com o entendimento de provisoriedade do conceito de identidade, tal como nos ensina Hall (2000).

Desse modo, as pautas identitárias que são atravessadas pelas perspectivas de organização e da compreensão de formas de ser e estar no mundo, não estão descoladas de análises de conjuntura sociais e econômicas que visibilizam as desigualdades de acesso e condições na sociedade em que vivemos, mas, ao mesmo tempo, são relevantes para que se compreenda os modos como vidas foram esquadrihadas e organizadas como anormais para que um regime de poder se estabelecesse como natural.

Poderíamos indicar, inclusive, a complexa ideia de orgulho heterossexual que é cantada nesses momentos em que se discute a visibilidade de pessoas LGBTQIA+ como uma redundância LGBTfóbica por se tratar de um movimento que motiva dizer que é necessário ter orgulho de ser heterossexual. Em sociedades como as produzidas pelos sistemas capitalistas e de explorações, pelos racismos estrutural e institucional, pelo machismo e pela misoginia, defender um orgulho hétero seria dizer o que já se sabe: que as vidas heterossexuais são mais importantes que as vidas LGBTQIA+.

É essa a configuração das sociedades que nos encontramos e, por isso, a necessidade de se questionar o campo da Educação sobre a formação das pessoas para orgulharem-se. Desse modo, trazemos o termo “sob rasura”, marcado por Hall

¹² "orgulho", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/orgulho> [consultado em 29-05-2021].

(2000, p. 104) para entender que a identidade possibilidade conceitual para “questões-chave” que precisamos nos ater.

O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Isto é, de forma diretamente contrária àquilo que parece ser sua carreira semântica oficial, esta concepção de identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Essa concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Ela tampouco se refere, se pensamos agora na questão da identidade cultural, àquele “eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou mais artificialmente impostos – que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhada, mantém em comum (HALL, 1990). Ou seja, um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade” imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p. 108, grifo do original).

26

Aproximar-se da identidade como conceito, mas não confiar no uso dela para resolver nossas questões. A ideia que se esboça neste texto é como a possibilidade de se entender possível contribui para que as experiências LGBTQIA+ não sejam invalidadas ou compreendidas como secundárias. Ao mesmo tempo, o foco não está em dizer que estas pautas e experiências explicam a lógica social e cultural contemporânea.

Em outra direção, este texto elucida o orgulho como possibilidade de construção de existência na formação docente. Diferente da ideia do orgulho como uma posição que localiza as existências acima de outras, aqui recorreremos a uma compreensão do orgulho como capacidade de existir e de questionar(-se) nos espaços sociais e culturais que nos encontramos.

Assim, este é um texto que provoca o debate e que se posiciona na proposição de se aproximar do que Halberstam (2020, p. 20, grifos do original) propõe como baixa teoria, ou seja, a tentativa de “[...] localizar todos os espaços entre que nos protegemos para não sermos capturados pelos anzóis da hegemonia e golpeados pelos arpões da sedução das lojas de presentes”. Ao mesmo tempo, este texto também mira na “[...] possibilidade de que alternativas habitam as águas lúgubres de uma esfera contraintuitiva, com frequência sombria e negativa, da crítica e da recusa”.

Para essas tarefas, entretanto, este texto não se compromete com respostas universalizantes que, em outros tempos, já resolveram os problemas do nosso tempo. Assim, este texto tenta seguir pela infidelidade fiel, reconfigurando um aprendizado obtido no diálogo entre Alfredo Veiga-Neto e Rosa Maria Bueno Fischer (2004), acerca das contribuições de Michel Foucault. O autor nos diz que o que ele define como lealdade ao intelectual francês

[...] se manifesta como uma “fidelidade infiel”: somos fiéis, mas se for preciso deixando o filósofo para trás, usando-o como uma caixa de ferramentas – uma expressão que Foucault usava muito. Temos aí a questão nietzscheana do martelo, ou seja, a filosofia ou a prática do pensamento a marteladas (VEIGA-NETO; FISCHER, 2004, p. 14)

Assim, ao optarmos por abraçar as perspectivas dos Estudos Culturais que se posicionam como movimento teórico-político, abandonamos uma ideia de que os universais até este tempo constituídos como explicativos e fundantes de categorias que limam a complexidade das relações. Abandonando as metanarrativas, tal como nos orienta Silva (1994), somos infielmente fiéis aos potenciais que problematizaram as desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais e científicas. Optamos, assim, por um olhar que reconhece as questões de classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, localização geográfica, etarismo, capacitismo e outras inscrições que provocam os debates sobre as desigualdades, sem confiar que uma apenas seria possível para que estas questões sejam postas.

Desse modo, é relevante diferenciar a ideia de orgulho com a compreensão de certeza. Este texto é provocado pelo pensamento de que ensinar sobre orgulhar-se é uma forma de contribuir para o desenvolvimento pleno de pessoas LGBTQIA+, mas não está na esteira de pensar que existe certeza e sucesso como resultados dessas provocações. As certezas foram as que nos trouxeram até aqui. Tenhamos, então, desconfiança de discussões que finalizam debates, para pensarmos em possibilidades que abram falhas.

Em determinadas circunstâncias, fracassar, perder, esquecer, desconstruir, desfazer, “inadequar-se”, não saber podem, na verdade, oferecer formas mais criativas, mais cooperativas, mais surpreendentes de ser no mundo. Fracassar é algo que pessoas queer fazem e sempre fizeram excepcionalmente bem; para pessoas queer, o fracasso pode ser estilo, citando Quentin Crisp, ou um modo de vida, citando Foucault, e pode contrastar com os cenários sombrios de sucesso que dependem de “tentar e tentar novamente”. Aliás, o sucesso exige tanto esforço, talvez, em longo prazo, o fracasso seja mais fácil e ofereça recompensas diferentes (HALBERSTAM, 2020, p. 21).

Desse modo, este texto tenta acompanhar as perspectivas ensinadas por Halberstam (2020) para alternativas acerca da possibilidade de pensar e sentir saídas nas condições que nos encontramos. Não temos a pretensão de resolver o problema criando uma metodologia de ensino, uma sequência didática, uma disciplina em um currículo, um lugar na norma. O caminho que empreendemos é o de sair da rota, ainda que não se saiba para qual lugar se busca.

Para contribuir na imaginação das pessoas que leem este texto, gostaria de fazer uma provocação para seguirmos. Em determinado momento da história narrada/ficcionalizada por Carroll (2009) em *Alice no país das maravilhas*, uma passagem é famosa em que o gato sorridente aconselha Alice, depois da protagonista perguntar qual caminho deveria seguir, que se ela não sabe para onde ir, qualquer caminho serve.

Ainda que as interpretações sejam possíveis, o modo como as redes sociais reproduzem essa frase indica que o gato aconselhava Alice de que ela precisava ter um destino para saber o caminho. Questionamos, retoricamente, aquelas pessoas que nos leem se essas sabem exatamente para onde querem ir. Vocês sabem que destino têm por objetivo? Neste texto, o caminho que queremos é o que não estamos. Assim, qualquer caminho servir não é uma tristeza de quem está perdido, mas a alegria de compreender-se não fixado. E, ainda assim, não há certeza de onde estamos.

EDUCAÇÃO: QUESTÕES EM PERSPECTIVA

A escola é um espaço educativo já discutido pela ampla literatura desenvolvida no campo da Educação. Fora dela, em seu entorno, as vidas das pessoas perpassam os conhecimentos escolares, os produzem, constituem sentidos, experiências e significados. Dentro e fora são separações que tentam definir a Educação escolar e definir as possibilidades não formais e informais como se essas não atravessassem as instituições escolares.

Compreendemos que existe um interesse em definir a escola como espaço para os conhecimentos científicos. E este interesse é central para que possamos compreender também que a socialização desses saberes se dá nos diálogos que ocorrem em outros espaços. Louro (1997) ao analisar as diferenças e desigualdades para pensar as questões de gênero e sexualidade na Educação já nos alertava da cisão que também é produzida pelos espaços escolares.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso (LOURO, 1997, p. 57).

Ainda que a Educação seja um direito de todas as pessoas e que tenha por tarefa contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e que a escola seria, então, uma das instituições de relevância nesses objetivos, há pessoas que não conseguem ter acesso ao espaço escolar. E, ainda que tenham, a escola não traz suas experiências e saberes como possíveis.

Ao que diz respeito a necessidade de reforçarmos e reiterarmos que a ida e não ida à escola é um dos períodos de vida em que muitas possibilidades de viver se apresentam, a Escola assume então um papel criterioso quando essas possibilidades transcendem o que é tratado como experiências possíveis. As identificações que se constituem nos processos formativos de muitas pessoas que estão no espaço escolar se fundem e perpassam a ideia, já cristalizada e reiterada, da redução e equivalência das pontuações trabalhadas nas salas de aulas, nos projetos, nas atividades e em todos os âmbitos administrativos pedagógicos.

Todavia há um ponto crucial, que precisamos desconstruir para darmos continuidade ao raciocínio estabelecido nas linhas anteriores, que diz respeito as vivências que são tomadas como consideração no espaço escolar. É quase que corriqueiro na formação de professores escutarmos que os “conhecimentos prévios” dos alunos precisam compor os movimentos educacionais que se estabelecem ao longo dos anos de escolarização.

O que sempre passa despercebido, ou talvez seja pontuado como algo irrelevante, é a linha tênue da humanidade que faz com que o espaço escolar interseccione todas as vivências, que reverbera na reflexão de que os conhecimentos prévios dos(as) professores(as) também compõem estes movimentos educacionais, e nos cabe quanto educadores em transição temporal e atemporal refletirmos acerca do orgulho que nos perpassa para perpassar a outres. Como nos coloca Takara (2020 p. 245) “Falta coragem e competência para reconhecermos a violência que silencia e mata nossas formas plenas de existir.”

Essas pequenas “pinceladas de cores” que orgulham as formas como as crianças, jovens e adultos que estão na escola, e em uma perspectiva cultural, fora dos muros escolares fazem com que as práticas pedagógicas, as composições educacionais sejam repensadas ou provocadas a transcender os aspectos tradicionais de “ensinaraprender” refletindo que nenhum processo se desloca de outro, pelo contrário se movimenta porque há impulsos coletivos que se comovem e locomovem, como nos provoca Nilda Alves (2019).

Estes apontamentos nos surgem ao refletirmos que ao passo que a Escola se propõe a trabalhar com a multiplicidade de pessoas e suas características, respeitando-as e acolhendo-as, ela recusasse a afirmar que, dentro de seus limiares, essas existências possíveis renegadas existam, e é aí que despertasse a necessidade de debatermos essas proposições: se a instituição escola sabe que existe e por saber não se posiciona, é nítido que a escola não é neutra, que ela traz uma raiz histórica perpassada pelas exclusões étnico-raciais e de sexo-gênero, que afasta cada vez mais estes orgulhos de seus espaços.

Mas, diferente do que pensam as pessoas que já encontraram as saídas para a Educação e para a escola em suas explicações sobre a desigualdade de classes, ou, ainda que entendam que existe uma questão macro ou micro de atuação que faça a diferença nas vidas que permeiam e que não estão nesse espaço, Preciado (2019, p. 192) nos explica que a escola tem uma função no papel de educar.

A escola não é simplesmente um lugar de aprendizagem de conteúdos. A escola é uma fábrica de subjetivação: uma instituição cujo objetivo é a normalização de gênero e sexual. O aprendizado mais crucial que se exige da criança na escola, sobre o qual assenta e do qual depende qualquer outro adestramento, é o de gênero. É a primeira coisa (e talvez a única) que vamos aprender ali. Fora do ambiente doméstico, a escola é a primeira instituição política na qual a criança é submetida à taxonomia binária do gênero, através da exigência constante de nomeação e identificação normativas. Cada criança deve expressar um único e definitivo gênero: aquele que lhe foi designado ao nascer. Aquele que corresponde à sua anatomia. A escola potencializa e valoriza a teatralização convencional dos códigos de soberania masculina no menino e da submissão feminina na menina, ao mesmo tempo que vigia o corpo e o gesto, castiga e patologiza toda forma de dissidência. Justamente por ser uma fábrica de produção de identidade de gênero e sexual, a escola entra em crise quando confrontada com processos de transexualidade (PRECIADO, 2019, p. 192).

30

E, nessa direção, seguimos reconhecendo que a escola – à revelia das pessoas intelectuais que a veem como saída ou problema – gera um conhecimento sobre si que é pautado na normalização e docilização dos corpos, tal como já nos alertava Foucault (1987). Preciado (2019) não apenas atualiza o adestramento dos corpos ou, como gostariam os críticos – pulveriza as desigualdades – mas, sua análise assinala que a ideia de que os conhecimentos científicos historicamente desenvolvidos pela humanidade não estão de forma equânime nos currículos, nos corredores e em qualquer outro trajeto escolar.

Sendo um espaço educativo, o desenvolvimento pleno da pessoa como objetivo previsto para a educação não acontece de forma equânime se as pessoas que lá estudam e trabalham são LGBTIA+. O armário, como sublinha Sedgwick (2007) e as pedagogias que envolvem essa figura política, como analisa de forma cirúrgica Junqueira (2013), fazem a manutenção de um ideal de normalidade que está encarnado nas inscrições culturais de pessoas cisgêneras e heterossexuais.

A Educação – e outras instâncias como a saúde, a segurança pública, o transporte, a moradia – e seus responsáveis – Estado e famílias, segundo a Constituição (BRASIL, 1988) não se preocupam quando a vida e o desenvolvimento pleno são de pessoas LGBTIA+. As possibilidades dissidentes de gênero e sexualidade são tratadas como exceções a uma regra de moralidade que inviabiliza existências.

O orgulho não se aprende na escola. As instituições educativas são espaços de humilhação. E, desse modo, vale a pena retornar a pergunta título de Preciado (2019): quem defende a criança queer? Sob a tutela de uma cisgeneridade e de uma heterossexualidade sempre tácitas, embranquecidas e sustentadas pela lógica capitalistas, as existências outras são tratadas como reguladores. As aberrações que educam a normalidade, tal como Takara (2017) apresenta a bicha como figura pedagógica que educa a masculinidade.

Pedagogias que estão na escola, tendo em vista que todo o conhecimento produzido pela humanidade – pelas vertentes críticas – foi produzido por intelectuais que não são de outras localidades que não seja a Europa, de pessoas que não tem outras marcações étnico-raciais, de pessoas que são cisgêneras, que são heterossexuais e que estão em posse, ou são sustentadas/os por aquelas/es que dominam os meios de produção. Pessoas de países periféricos, pobres, racializadas, LGBTQIA+ fazem militância e dissuadem o pensamento político crítico que definiu o conhecimento a ser ensinado.

Eu odeio o fato de que em vinte anos de educação pública jamais fui ensinada sobre o povo queer. Odeio o fato de ter crescido pensando que eu era a única “estranha” neste mundo, e odeio ainda mais o fato de que muitas das crianças queer ainda crescem do mesmo modo. Odeio ter sido atormentada pelas outras crianças por ser uma bicha e ainda mais por ter sido ensinada a sentir vergonha de ser o objeto de crueldade delas, como se a culpa fosse minha (MANIFESTO QUEER NATION, 2016, p. 6).

E como se tem orgulho de ser quem se é se nossa história não é contada? Como se identifica como pessoa, alguém para quem essa posição não é apenas negligenciada, mas é retirada? As pessoas normalizadas esquecem que até seus nomes – marco da construção de uma individualidade – não foram atribuídos por elas. Naturalizam suas existências. São as dissidências que precisam se perguntar de quem se fala quando o livro didático fala sobre Geometria, Geografia, Fonética e Equações. Esses são os conhecimentos da escola? E quem apanha no intervalo precisa ainda decorar a tabuada? E quem precisa fugir da escola para sobreviver, é uma pessoa fracassada? E quando o fracasso escolar será uma responsabilização do que fizeram com a escola e do que se faz ainda hoje?

Se discute bullying nas escolas como que ao usar a ideia de violência e das questões que afetam as experiências das pessoas estivesse contemplada da mesma maneira: bullying é uma violência contra uma pessoa. Ocorre em espaços escolares e tem por objetivo agredir psicológica, emocional, verbal, patrimonial e fisicamente. Racismos, LGBTQifobias, capacitismos, preconceito acerca das localizações geográficas, machismo, sexismo não são bullying. Reduzir experiências e violências é resultado da ideia de que a escola tem uma tarefa apenas. Educar para o orgulho não é pensar sobre a ideia da normalidade, mas reconhecer a diferença como constituinte das existências.

QUEM TEM ORGULHO DA BICHA PRETA?

Nesta parte Da trajetória em processo de Alice, a proposta foi dialogar tendo como ponto de partida o entendimento de que Masculinidades e Feminilidades são entendidas como construções sociais, que variam espacialmente (da leitura de mundo oportunizada de uma cultura para outra), temporalmente (com as mudanças que o tempo agrega às culturas em seus contextos), historicamente (no curso da vida de cada sujeito) e nas relações estabelecidas entre os diferentes grupos de acordo com o espaço/lugar ocupado por sua classe, raça e sua condição social.

Assim, a Masculinidade dissidente da “Bicha” Preta, pobre e com trejeitos, que se sobrepõem e confronta a masculinidade universal hegemônica é considerada uma afronta que deve ser ridicularizada, vigiada, diminuída, escondida, controlada, negada.

[...] a construção da masculinidade esteve e parece ainda estar fortemente atrelada à sexualidade. [...] em relação à sociedade brasileira, na concepção mais tradicional, a feminilidade percebida como uma força natural que precisa apenas ser controlada e disciplinada; já a masculinidade seria compreendida como algo menos certo, por isso ela precisaria ser cultivada através de um complexo processo de masculinização, começando na primeira infância (PARKER apud FELIPE, 2000, p. 123)

Mães Pretas e Pobres, em toda a solidão que castiga a Mulher Negra, em todas as classes sociais, e de maneira perversa a periférica, educam seus filhos como é possível, entre os horários absurdos que os subempregos permitem, o percurso entre a casa e o trabalho, as responsabilidades com a manutenção das casas, o afeto nunca chegado, as omissões e as ausências. E sofrem por não ter/ser o suficiente de acordo com as regras impostas por uma sociedade regida pelas regras do consumo desenfreado, dos grupos excludentes e sujeito universal. bell hooks (2016)¹³, ao tratar das Maternagens e Paternagens, com referência no Feminismo Negro, foi quem primeiro escreveu sobre as contradições de existir em uma sociedade que não reconhece outras formas e maneiras de amar e constituir família fora do “padrão”: o preço a ser pago é a naturalização da masculinidade tóxica que parece ser uma das causas da violência doméstica, o negar de qualquer forma de dissidência e a opressão sobre as minorias que se traduz em racismo, sexismo e opressão. No caso da “Bicha” Preta, na escola, é uma combinação de tudo isso.

A Bicha é uma viajante que habita o imaginário das pessoas. [...] Ao ser nomeada como Bicha, tentaram me eliminar ainda criança. Não apenas meus trejeitos afeminados precisavam ser controlados, mas também os papéis sexuais que supostamente eu viria a desempenhar. Ser bicha era

¹³ bell hooks – pseudônimo de Gloria Jean Watkins – sempre grafado em minúsculas.

um problema para quem estava próximo. Ser Bicha e Preta era um problema ainda maior. (Oliveira, 2018, p.139)

A “Bicha” Preta e Afeminada provoca desconforto à comunidade escolar porque os sujeitos que assumem esta identidade para o exercício de sua Masculinidade, renegam o único privilégio atribuído ao Homem Negro: o Mito da virilidade, que desde à escravidão persegue, coisifica e apequena os desejos e quereres, contribuindo para o desenvolvimento da toxicidade entre as relações estabelecidas.

Ao se adjetivar como “Bicha”, Preta e Afeminada, o garoto, ainda que não tenha consciência, se coloca como manifesto da resistência em franca oposição à normatização, às regras, à higienização cisheteronormativa, contribuindo para um entendimento ampliado de existências que questionam as representações da *branquitude heterossexual da classe média* como as únicas possíveis para definir as Masculinidades.

Afirmo que a Bicha Preta não dialoga com a bicha de origem francesa e burguesa. Seus sinais estão assinalados no regime escravista. É ali que ela brota. Ao contrário da bicha branca burguesa, a bicha preta sai as ruas e desafia não apenas as normas de gênero, mas a sociedade como um todo. (Oliveira, 2018, p. 139)

33

Talvez, o maior incomodo causado pelas “Bichas” Pretas e Afeminadas seja o fato de fazerem lembrar a todo instante a força que os dissidentes precisam ter para assegurar seus direitos de vivência, sobrevivência e exercício pleno da cidadania: direitos não estão assegurados a este grupo social. Os fatos instigam questionamentos: para onde vão as marcações que apequenam o sujeito? Quem se orgulha da Bicha Preta?

EDUCAR PARA ORGULHAR-SE: TAREFA ESCOLAR

A escola precisa ser contextual. A educação precisa trazer as experiências cotidianas do senso comum e desenvolver os conceitos científicos com base no diálogo com os saberes das pessoas que estão em processo de aprendizagem. Essas afirmações aparecem nos cursos de formação docente repetidas vezes, escritas por bibliografias europeias e/ou, ainda, por pensadores/as brasileiros que defendem o ideal democrático da Educação.

Se as experiências são relevantes, há espaço para discutir as LBGTFobias, os racismos, as desigualdades de classe, as questões de gênero e sexualidade, as condições e as possibilidades de existência. Há o que se discutir sobre pessoas que não estão na escola e, é necessário que sejam tomadas ações que realizem o papel de escancarar as portas das instituições educativas para todas as pessoas.

Entendemos que atuar para o pleno desenvolvimento da pessoa é uma ação que exige das formações e das atividades empreendidas no espaço educativo que não sejam desvinculadas do reconhecimento de outras formas de agir, de diferentes saberes e de abertura para a revisão das condições de existência contemporânea. Se pensarmos que o objetivo do pleno desenvolvimento da pessoa não é para que a formação seja para repetir o que nos dizem, mas para pensar, o papel da Educação é criar possibilidades de existência.

A escola é um campo de batalha para o qual são enviadas crianças, com seu corpo delicado e seu futuro em branco como únicas armas, um teatro de operações no qual se trava uma guerra entre o passado e a esperança. A escola é uma fábrica de machinhos e de bichas, de gostosas e de gordas, de espertos e de retardados. A escola é a primeira frente da guerra civil: o lugar onde se aprende a dizer “nós, meninos, não somos como elas”. O lugar onde se marcam os vencedores e os vencidos com um signo que acaba por se transformar num rosto. A escola é um ringue no qual o sangue se confunde com a tinta e onde são recompensados os que sabem fazê-lo correr. Que importam os idiomas ensinados, se a única língua que se fala ali é a violência secreta e surda da norma? (PRECIADO, 2019, p. 191-192).

E como educar diante dessas condições? Como tratar de línguas sem esquecer que existem pessoas no espaço da sala que não se entendem na norma – ou, ainda, que a própria norma regula as existências de forma a apagá-las? Diante das regras gramaticais, como pensar as questões de gênero? Diante das possibilidades de discutir a constituição de um povo, como trabalhar a exploração que é constituinte da colonialidade? Como fazer vida “das palavras que já nascem mortas na Educação”, tal como é anunciada a ação da bruxa e pensadora Sandra Mara Corazza, no livro *Composições*, em que é coautora com Tomaz Tadeu da Silva (2003).

Voltamos ao gato de Alice e sua sabedoria. A escola sabe para onde está indo? E quem ela convida para que a acompanhe? As dissidências seguem tentando existir nos espaços institucionais, ainda que segregadas como explica louro (1997) ou sendo reguladas como discute Sedgwick (2007) e Junqueira (2013). Ainda que os/as intelectuais críticos/as queiram se isentar de discutir as opressões, sob a alegação de que essas são fragmentações da sua luta, não são seus corpos e suas vidas que sofrem os cortes epistêmicos e físicos que definem os acessos e as condições de permanência.

E, desse modo, percebemos como o orgulho não está na formação escolar e educacional para o pleno desenvolvimento da pessoa. Orgulho e norma andam juntas nos espaços institucionais. Para nós, a culpa e o ressentimento se tornam as possibilidades de existir. A raiva, a indignação e o questionamento são cerceados a todo tempo, porque a tarefa da Educação em desenvolver plenamente as pessoas ainda não abarca nossas existências.

Eles nos ensinaram que queer bem comportada não sente raiva. Nos ensinaram tão bem, que não apenas escondemos a nossa raiva deles, como também de nós mesmas. Escondemos até de nós mesmas. Escondemos com abuso de drogas, suicídio ou na busca exagerada por nos superarmos na esperança de que possamos provar pra eles que valemos alguma coisa. Eles nos atacam, nos esfaqueiam, nos alvejam, nos bombardeiam em números cada vez mais altos e ainda nos preocupamos quando um punhado de queers com raiva, empunham cartazes e sinais dizendo “caiam fora!”. [...] Permita-se sentir raiva. Permita-se sentir raiva pois o preço da visibilidade é a constante ameaça de violência, violência homofóbica com a qual praticamente cada setor dessa sociedade contribui. Permita-se sentir raiva do fato de que não há lugar neste país onde estejamos seguras, nenhum lugar onde não somos alvo do ódio e do ataque, do nosso próprio desprezo, do suicídio – do armário (MANIFESTO QUEER NATION, 2016, p. 11).

Ainda que caiba questionar se na escola ensinam que somos pessoas. É uma questão, perguntar aos espaços educativos o que se chama quando se denomina pessoa. Gênero, Sexualidade, Raça, Etnia, Localização Geográfica, Condições Singulares de Desenvolvimento formam as experiências de pessoas. Tanto quanto Álgebra e as datas comemorativas. E quais são as comemorações das nossas existências? A escola tem um mês de conscientização pela vida de pessoas LGBTQIA+? E como se prepara para a cidadania se pessoas dissidentes não são sequer citadas? As tarefas dizem mais do que a Educação realiza. E nossa indignação é compreendida como fragmentação de luta. Qual luta? Aquela que nos considera parte da solução ou parte do problema? Não sabemos ainda que luta é essa que coloca as vidas de outras pessoas em segundo plano.

CONSIDERAÇÕES OU O QUE SE PODE DIZER

A Educação não forma para o pleno desenvolvimento da pessoa se as discussões sobre pronomes não problematizam a ideia de gênero, se não há debates sobre o racismo linguístico, para expressões “capacitistas”, para frases xenófobas e misóginas. Também não se prepara para o exercício da cidadania se nossas histórias, nossas experiências e nossas memórias são assuntos para outros espaços.

Existe uma necessidade de pensar o orgulho como parte da formação plena das pessoas. É condição de existência ter representações nos espaços, dialogar com pares, conhecer as diferenças. Se a identidade nos serve em alguma medida, é para compreendermos como a noção de pessoa ainda sustenta uma lógica que exclui inúmeras existências.

A tarefa está posta desde a Constituição de 1988. Sejam os Planos Nacionais, Estaduais ou municipais disputados para discutir ou não temas, seja a questão de existência que nos assola e nos exige atuação em diferentes frentes. É uma tarefa

educativa contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa. Criar condições de existência é uma ação que vem sendo empreendida por diferentes espaços e em muitos lugares.

Diante de tantas questões e questionamentos: a Educação ainda precisa ser um espaço para pessoas LGBTQIA+ desenvolverem plenamente e, desse modo, constituírem o orgulho de serem quem são. Se não conhecemos outras experiências, se não traçamos outras narrativas, se não produzimos em diferentes direções, a escola não contribui conosco. Os ensinamentos ainda receitam uma experiência cisgênera, masculina, heterossexual, branca, produzida em contexto europeu e definida como máxima elaboração humana.

E de que pessoas está falando esse conhecimento? E para que se educa? O orgulho é uma das nossas necessidades neste tempo. Em junho, o mês do Orgulho LGBTQIA+ é um tempo de visitar as demandas, as necessidades e as pautas que empreendemos nos diferentes contextos. Não esperamos bandeiras coloridas na escola. Não esperamos que tenham palestras sobre o tema. Não sabemos nem se os portões estarão abertos para nos receber.

Para quem vive o medo da rejeição que a abjeção desenha na existência, é necessário que o orgulho seja constituído em duras penas. E a escola? Ela não está sendo responsabilizada pelas vidas de pessoas LGBTQIA+. Há que se discutir que precisamos rever o que se entende por Educação e como podemos formar pessoas para uma vida em sociedade que reconheça existências. Seguimos lutando para ter disciplinas eletivas em cursos de formação docente. Seguimos criando espaços de acolhimento e criando estratégias de existência. Não sabemos para onde ir, como a pequena Alice. A face da opressão continua gritando, tal como o sino de entrada da escola: “cortem às cabeças”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Constituição Federativa da República do Brasil. Distrito Federal: Imprensa Nacional, 1988.
- CARROL, Lewis. Alice no país das maravilhas. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CORAZZA, Sandra; TADEU, Tomaz. Composições. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento das prisões. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HALBERSTAM, Jack. A arte queer do fracasso. Trad. Bhuvli Libanio. Recife: CEPE, 2020.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. (p. 103-133).
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário – a normatividade em ação. Retratos da Escola. v. 7, n. 13. Brasília, 2013 (481-498).
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- Manifesto Queer Nation. Trad. Roberto Romero. Caderno de Leituras. Chão de Feira, 2016.

- OLIVEIRA, Meg Rayana Gomes de. Seguindo os passos “delicados” de gays afeminados e bichas pretas no Brasil. IN: De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil. Organização: CAETANO, Marcio & SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço. 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2018.
- PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer? Trad. Fernanda Nogueira. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/fernanda-nogueira/quem-defende-a-crianca-queer-beatriz-preciado/10151417997751125> Acesso em: 17/01/2013.
- PRECIADO, Paul. Um apartamento em Urano: crônicas da travessia. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro/RJ: Companhia das Letras, 2019.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu. v. 28. n. 19 Campinas, 2007 (19-54).
- SILVA, Tomaz Tadeu da. O Adeus às Metanarrativas Educacionais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. (247-258).
- TAKARA, Samilo. Uma pedagogia bicha: homofobia, jornalismo e Educação. Tese. Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá: UEM, 2017.
- VEIGA-NETO, Alfredo; FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault, um diálogo. Educação & Realidade. v. 29, n. 1, 2004. (7-25).

POR UMA (R)EXISTÊNCIA BICHA NA EDUCAÇÃO: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS DE BICHAS PRETAS FAVELADAS¹⁴

Tarciso Manfrenatti de Souza Teixeira¹⁵

RESUMO: Somos organismos contadores de histórias. E dentro das escolas e de outros espaços educativos (família, ambientes religiosos, espaços de lazer, ruas, trabalho, mídia, etc.) circulam várias histórias; no entanto, uma narrativa prevalece, torna-se hegemônica, e conforma os sujeitos a serem homens, ou melhor, a serem machos, brancos, heterossexuais, cristãos e burgueses, fundamentalmente. Desse modo, ao se estabelecer um modelo único e hegemônico de sujeito e de masculinidade dentro desses espaços; a educação acaba por retroalimentar, em seu interior, um círculo vicioso que (re)produz desigualdades de raça, gênero, sexualidade e classe. Sendo assim, a educação promove a desumanização para todos aqueles (negrxs, indígenas, mulheres, pobres, gays, lésbicas, transexuais, travestis...) que “escapam” da referência hegemônica de sujeito. Além do mais, o racismo e a homofobia são orquestrados como uma potente ferramenta pedagógica. Neste escrito, os marcadores sociais de raça, gênero, sexualidade e classe serão apresentados em uma perspectiva interseccional, polimórfica e polifônica. Baseando-me no método (auto)biográfico e inspirado nos estudos do/no/com o cotidiano, parto do princípio de que podemos aprender/ensinar com as histórias que contamos/ouvimos; assim, este escrito trará três narrativas (auto)biográficas de bichas pretas faveladas a fim de mostrar as suas (re)existências na educação e, com isso, tirar as diversas histórias “outras” de sujeitos “outrxs” da invisibilidade e do isolamento.

Palavras-chave: masculinidades, racismo e homofobia.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.dossiecorposneegroslgbtqiap.p38-49

¹⁴ Este texto foi originalmente publicado nos anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades.

¹⁵ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEDUC/UFRRJ); pesquisador e membro do Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade (LEGESEX/UFRRJ), coordenado pelo Prof. Dr. Jonas Alves da Silva Júnior (DES/UFRRJ). Possui Mestrado em Educação (UFRRJ) na linha de pesquisa em Educação e Diversidades Étnico-Raciais; Especialização em Relações Étnico-Raciais e Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduação em Letras – Português/Língua Inglesa pela Universidade Castelo Branco (UBC). E-mail: tarciso.literatura@gmail.com

...PUXANDO O FIO...

Gostaria de iniciar este escrito dizendo que ele fala (também) sobre o encontro. Mais uma vez tenho como fio condutor das minhas narrativas a memória, e falarei dos encontros que dela advém. Encontros que en-tramam e enredam narrativas. As minhas narrativas com a de (ex-)alunxs, com a de colegas de profissão, com a de colegas pesquisadorxs e que ressoam com as narrativas de tantas outras bichas.

Parto do princípio de que pesquisa/escrita é uma constante busca a nós mesmos, em sermos pesquisadores de nós mesmos (FERRAÇO, 2013). Desse modo, ao passo que vou contando as minhas histórias e a de tantxs “outrxs” sujeitos/personagens; eu conto(narro) a minha história, e ao fazer isso, eu me compreendo.

Por isso, além de me pautar em uma concisa pesquisa bibliográfica sobre relações étnico-raciais e de gênero, sobre o conceito de interseccionalidade e sobre os processos de desigualdade (racismo e homofobia) na escola, utilizo como metodologia de trabalho para este escrito, o método (auto)biográfico proposto por Márcio Caetano (2016). No qual a narrativa (auto)biográfica

toma o discurso sobre o sujeito como o centro de interesse e fundamenta outra perspectiva do fazer ciência. Ela propõe que, por intermédio de relatos particulares, outras dimensões mais amplas sejam articuladas para o entendimento dos fenômenos sociais e, por conseguinte, pensadas suas sequelas nas trajetórias dos sujeitos (CAETANO, 2016, p. 34-35).

Desse modo, Caetano (2016) vai dizer que ao focar o sujeito que é narrado, dimensiona-se tal sujeito em um contexto mais amplo, ou seja, assim como nos lembra Deleuze e Guattari ([1977] 2015), “não há sujeitos individuais, apenas agenciamentos coletivos”.

Portanto, pretendo rememorar cenas que não saem da minha memória e que marcaram a minha vida. Lembranças que se misturam nas histórias contadas por diversas pessoas que passaram por minha vida. Por isso, nesse escrito, reunirei a narrativa (auto)biográfica de três bichas pretas faveladas. As histórias de Lohan, Wallace e Ednaldo, adolescentes entre 14 e 18 anos de idade, negrxs, estudantes de escola pública, moradores de comunidades (favelas) localizadas pelas periferias da região metropolitana do Rio de Janeiro. A fim de en-tramar as nossas histórias em narrativa com o objetivo de mostrar a (r)existência dessas bichas em meio “a uma escola monocultural, monofônica e monocromática” (FILÉ, 2006, p. 3).

BICHA, PRETA E FAVELADA...QUE DIABO É ISSO AFINAL?

Nas sociedades modernas, de acordo com Butler (2003), as pessoas se tornam compreensíveis graças a “inteligibilidade de gêneros”, que se pauta no binarismo e em uma estrita coerência e continuidade entre sexo anatômico (“macho” ou

“fêmea”), identidade de gênero (“masculino” ou “feminino”) e desejo sexual. Vale ressaltar que a matriz dessa inteligibilidade, presente em nossa sociedade, é a heterossexualidade.

Segundo Silva Júnior (2014), diversos discursos (o religioso, o médico e o legal) circulam em nosso meio, a fim de argumentarem que o desejo, o sexo biológico e a prática sexual heterossexuais são naturais, inquestionáveis, algo dado; sendo assim, a heteronormatividade, torna-se o caminho natural da sociedade.

Butler (2003) vai dizer que o discurso passa a regular o gênero, a isso Silva Júnior (2014) chama de “construção discursiva da heteronormatividade”. E, assim, a heterossexualidade torna-se compulsória, ou seja, como afirma Louro (2010), a partir do discurso, de rituais, de repetições, normas e regras anônimas e onipresentes são inscritas em nossa pele, em nossos corpos, por isso, Certeau (1998) vai dizer que “do nascimento ao luto o direito se apodera dos corpos”; agora, a lei (ser branco, macho, heterossexual, burguês, proprietário e cristão, fundamentalmente) não será (mais) escrita nos papiros, nos pergaminhos ou no papel; ela (a lei) será (agora) inscrita na pele dos seus súditos. Sendo assim, os discursos buscam naturalizar e estabelecer as diferenças entre os dons femininos (emoção, gosto de cuidar da casa, maternidade, delicadeza, sensibilidade) e os dons masculinos (força, razão, brutalidade, violência). Assim, são criados as expectativas e papéis sociais e sexuais relacionados ao feminino e ao masculino. Passando-se a ideia de que existe uma masculinidade, uma feminilidade natural, a-histórica e essencial.

No entanto, para Raewyn Connell (2000) as masculinidades são definidas coletivamente na cultura e sustentadas nas instituições. Segundo Connell (1995), tanto no seio familiar quanto em outros espaços educativos (escolas, igrejas, mídia, rua, trabalho, espaços de lazer, etc.) circula uma “narrativa convencional” (CONNELL, 1995) sobre como ser homem. Sendo assim, esses diferentes espaços educativos vão constituir diversas masculinidades e elas estarão envolvidas em uma rede de poder. Por isso, falo em masculinidades. Pois não existe uma só. No entanto, somente uma é tida como modelo. Assim, a masculinidade é construída, definida e defendida pelo grupo, criando assim a “masculinidade hegemônica” (CONNELL, 1995). Desse modo, dentro desses diferentes espaços educativos, algumas dessas masculinidades serão reconhecidas e legitimadas, outras subalternizadas, marginalizadas. Esse é o caso da bicha.

Não importa se são chamadas (dependendo da localidade geográfica) de alegres, afeminadas, afrescadas, biba, bicha louca, bicha quá quá, bee, baitola, boiola, desmunhecado, debochado, efeminado, frutinha, gay, gayzinho, gayzão, incorrigível, insolente, louca, mona, morde fronha, mão quebrada, pintosa, sem vergonha, transviado, viado, viadinho ou viadão. Aqui irei evocar as bichas. “Que nascem do discurso”, assim como afirma Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017). No entanto, não posso deixar de mencionar que elas são fruto do discurso negativo, pejorativo, desqualificante, que as menosprezam em relação aos outros sujeitos, como pode ficar claro nos “apelidos” que as bichas recebem ao longo da vida.

O que esses termos dizem é que o relacionamento sexual e afetivo entre pessoas do sexo e do gênero masculino não é humano, não é honesto e, por isso, seus sujeitos não podem ser o centro e a margem, o lado de fora é sim um lugar. O lugar para quem expressa pecado, perigo, anormalidade, fragilidade física e emocional, inadequação a determinadas atividades profissionais, falta de caráter, propensão ao crime, dificuldade de conviver em sociedade etc. (OLIVEIRA, 2017, p. 99)

Apesar de evocarem um “não lugar” pois, elas (as bichas) estão deslocadas, fora dos centros formais de poder social. A bicha, entre tanto, possui uma territorialidade, “a territorialidade da bicha (in)define-se como deslocamento ou incomodo” (ZAMBONI, 2016, p. 98).

Quando a bicha é identificada, ela é comprimida por uma multiplicidade de sujeitos que a invisibilizam e a silenciam. E foi exatamente nesta situação que me encontrei com Lohan, bicha, preta e favelada, de 16 anos de idade, cursando o 9º ano do Ensino Fundamental, estudante de uma escola pública do município do Rio de Janeiro, localizado no complexo de comunidades da Vila Kenedy, situada na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Quando entrei na sala da direção – para tirar algumas dúvidas sobre questões meramente burocráticas – vi que x meninx estava sendo repreendidx pela diretora da escola, fiz sinal dizendo que em outro momento conversaríamos, mas a diretora fez questão que eu ficasse e assistisse o desfecho daquela cena. Passados alguns minutos, x alunx saiu da sala de cabeça baixa e a diretora, ainda muito acalorada por causa da conversa, disse que aquelx meninx estava “insuportável”, “incontrolável”, “sem rédeas” e que fez questão que eu visse/participasse a/da conversa, pois nós dois tínhamos a mesma “questão”, o que se dava para notar. No entanto, elx poderia ser como eu, contidx, pacatx! Confesso que, naquele momento, não argumentei nada. Ouvi a fala da diretora (mais uma vez) sobre Lohan. Tive minha dúvida burocrática esclarecida. E o dia decorreu como de costume.

No entanto, descobri que Lohan (bicha preta favelada) era meu outro. Eu era o professor, homossexual/gay (tudo bem); mas bem-comportado, aceitável! Agora, ser bicha! Já é demais! Incomoda, contesta, desestabiliza, tumultua, é inaceitável, por isso deve ser invisibilizada e silenciada, como fazia aquela diretora.

Vale ressaltar que o domínio do discurso heteronormativo é tão forte que marca até os sujeitos que não se relacionam com o sexo oposto, nesse caso, os homossexuais. “Nesse sentido, que se pode afirmar que o dispositivo atual da sexualidade está pautado na ideia de formar seres que formatem sua vida dentro de um modelo naturalizado de heterossexualidade” (SANT’ANA, 2010, p. 4). E assim, constrói-se não só um modelo de “masculinidade hegemônica” como também um modelo de “gay hegemônico”, um homossexual estandardizado, higienizado, homogeneizado. Assim é proposto e disseminado um modelo de identidade, de comportamento e de estética que o gay é, quer ser e/ou deseja. Vale ressaltar que esse modelo de identidade gay, se pauta sobretudo na heteronormatividade (SANT’ANA, 2010).

Assim, eu fui aprendendo, assimilando em mim, este modelo de gay hegemônico, que tenta homogeneizar a imagem do homossexual branco, bem-sucedido, fino, de bom gosto, rico. Em que seus corpos há o predomínio dos músculos e da virilidade, que também demonstra uma representação de beleza, saúde, sucesso e inclusão, a qual se deseja transmitir. A isso Sant’ana (2010) vai chamar de “assimilacionismo”, ou seja, baseado na ideia do ou somos idênticos (no caso, aos heterossexuais) ou seremos fadados à diferença e à anormalidade.

Desse modo, isso gera uma rejeição aos homossexuais negros e àquelxs que se identificam com uma estética e uma gestualidade mais relacionada àquilo que foi convencionalizado com o feminino.

Gay e bicha, como já podemos perceber anteriormente, são categorias diferentes. Eu, enquanto gay, era um “modelo” esperado e fazia parte do desejo daquela diretora que, aquelx mex alunx, uma bicha, copiasse, seguisse aquele modelo. Isto porque, nas terras tupiniquins, “o gay afirma-se pela negação da bicha” (ZAMBONI, 2016, p. 21).

A bicha está no meio de um fogo cruzado, ela é máquina de guerra, é um devir que desestabiliza e que interroga. Assim, a bicha é atacada tanto pela norma cis heterossexual, quanto pela norma homossexual. Sendo assim, eu, enquanto gay, era o “bom homossexual”; e Lohan era a bicha, “uma má cópia do homossexual ideal, igualitário” (ZAMBONI, 2016, p. 22).

Sendo assim, “ela [a bicha] delata os homossexuais. A pecadora endiabrada, a criminosa perigosa, a imoral desenfreada, a doente, a escandalosa, a louca, enfim a bicha, é acusada de queimar o filme dos gays bem-comportados” (OLIVEIRA, 2017, p. 106).

Assim, eu ocupava aquele lugar do gay bem-comportado, normatizado, higienizado e heteronormatizado. Naquele momento, ao me deparar com o meu “outro”, com a bicha. Que cumpria com o seu papel, Lohan também me causava incomodo, pois fazia com que eu me interrogasse, me questionasse, além de desestabilizar os códigos, rituais e lugares que faziam eu acreditar que eu era algo.

“ALÉM DE PRETO, É VIADO!”

Mais um dia em sala de aula, quando cheguei, xs alunxs estavam em polvorosxs, pois Wallace havia “saído do armário”, dizia para todxs que estava namorando com um alunx da escola. Ao lembrar dessa história, que vivi com Wallace em sala de aula, volto a ouvir (ainda hoje) os gritos de dxs alunxs: “Seu preto viado!”; “Além de preto, é viado!”; “Olha ai, está desmerecendo a raça!” Essas falas e o comportamento agressivo dos demais alunxs denunciavam várias coisas.

Conheci Wallace em 2010, quando trabalhava em uma ONG (localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, no complexo de comunidades do Muquiço). Wallace era umx meninx de 14 anos de idade, estudante de uma escola estadual local, cursava o 9º ano do Ensino Fundamental, era gay, negrx, morava naquela comunidade, se dizia

candomblecista, tinha uma escrita e letra maravilhosas, era altamente criativx, cheio de vida, energia e queria ser estilista ou desenhista.

Rememorar os encontros que tive com Wallace, Lohan ou Ednaldo faz com que eu compreenda que nós não somos sujeitos pré-existentes, que caíram do céu; no entanto, somos produzidos e fabricados, assim como nos ensina Foucault (1988). Somos frutos da história, das lutas e resistências e das relações complexas entre agentes sociais, discurso e as instituições. Sendo assim, conforme Britzman (1996), não podemos viver as nossas identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe, por exemplo, a prestação ou de forma hierarquizada, essas não apresentam uma visão linear; mas em contrapartida, são fluídicas, parciais, contraditórias, instáveis, voláteis e mutáveis. Dessa forma, penso nesses marcadores sociais através de uma perspectiva interseccional, pois como afirma Osmundo Pinho (2004)

no mundo real os sujeitos se produzem através da interseção de diferenças e desigualdades diversas. A interseção ou combinação dessas diferenças produz novas diferenças, então, não é apenas uma soma, ou seja, uma bicha preta não é um sujeito que acumula duas identidades, é outra posição diferente que é produzida através dessa interação ou dessa confluência. (PINHO, 2004, p.129)

Sendo assim, a interseccionalidade transpõe a soma das dominações ou arranjos de identidades e diferenças. Nos possibilitando uma visão rizomática e transdisciplinar diante da complexidade das identidades e das desigualdades sociais, através de uma abordagem integrada (POCAHY, 2011).

Dessa forma, aposto na perspectiva interseccional entre racismo e homofobia. Pois, segundo Oliveira (2017), os estudos interseccionais entre homofobia e racismo no Brasil ainda é novidade. Pois, por um lado, pode estar relacionado com a pouca representatividade de homossexuais, gays ou de bichas pretas possuem no movimento negro ou no movimento gay. Por outro lado, denuncia também um número reduzido de pesquisadores homossexuais, gays ou bichas nas universidades de nosso país.

No entanto, recordando a fala daquelxs alunxs, diante da “novidade” trazida por Wallace para a turma; primeiro, aquele comportamento mostrava a visão com relação a sexo, gênero, prática sexual e desejo que xs alunxs demonstravam acreditar. Elxs me mostravam acreditar em uma relação de coerência e continuidade, que torna os “gêneros inteligíveis” (BUTLER, 2003). Vale ressaltar que a matriz dessa inteligibilidade é a heterossexualidade, ou seja, como aquelxs jovens estavam diante de um menino, que dizia estar namorando com outro menino, dentro da “inteligibilidade do gênero”, eles só podiam entender que Wallace desejasse ou que tivesse relações sexuais com alguém de sexo e gênero opostos ao dele.

Em segundo lugar, Wallace foi hostilizadx porque estava transgredindo os cânones da heteronormatividade, que também fabrica/produz a masculinidade negra. Dentro desta perspectiva, Silva Júnior (2014), diz que os corpos negros são

fetichizados. Ou seja, corpos de mulheres e homens; que foram construídos, dentro da lógica de mercado, como sensuais, bons de cama, sempre prontos para realizarem os desejos. Sendo assim, os corpos de homens e mulheres negros/as são bastante sexualizados; ou, conforme diz Silva Júnior (2014), a raça é sexualizada e a sexualidade é racializada.

Resultado do racismo em operação, segundo Oliveira (2017), o estereótipo do homem negro como sendo viril, portador de uma grande força física, violento, com grande apetite sexual e com pênis hiperdimensionado; primeiro, contradiz o estereótipo do homossexual hegemônico, visto sempre como o covarde, frágil e delicado; segundo, esse estereótipo contrapõe o homem negro ao homem branco. A este é lhe conferido o intelecto, a sensibilidade e a racionalidade, aquele tudo isso lhe é negado, pois tudo é eclipsado, virado pênis e potência física/sexual.

Bailando no jogo das interseccionalidades, o racismo irá construir o negro viril, com apetite sexual voraz e com pênis avantajado; no entanto, com uma pitada de homofobia, “se o estereótipo do homem negro viril e superdotado sexualmente é utilizado para afirmar sua cis heterossexualidade, também o é para negar a sua homossexualidade” (OLIVERIA, 2017, p. 20).

Desse modo, célebres autores, como por exemplo Franz Fanon (2008), irão ver a homossexualidade como algo totalmente negativo e, por isso, irão rejeitar a ideia de que ela possa ser praticada por homens negros e sugere que os intercursos sexuais com homens brancos estavam atrelados não ao desejo, mas a situações pontuais” (OLIVEIRA, 2017, p. 21).

Sendo assim, meninxs como Wallace, quando desmontam a “narrativa convencional” (CONNELL, 1995) que rege a masculinidade negra são ferozmente hostilizadxs e execradxs de seu meio; pois, segundo Silva Júnior, baseando-se em Fanon (2008), no imaginário coletivo “a homossexualidade é uma forma de perversão da cultura branca, pois não existem homossexuais negros” (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 57).

Desse modo, “os negros homossexuais têm grande dificuldade de ser aceitos pelo grupo de homens negros, passando a serem vistos como o *outro*” (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 57), principalmente, quando irrompem o estereótipo de “negão pegador” ou da performance sexual esperada/desejada (serem ativos).

“VAI APRENDER A DEIXAR DE SER VIADINHO!”

Certo dia dando aula, Ednaldo chegou muito triste, em sala de aula, e me disse que o pai delx havia lhe batido e lhe ameaçara, de forma brutal e leviana, dizendo que se elx continuasse a se comportar como um “viadinho” elx iria sofrer as consequências e que seria primeiro pelas mãos de seu pai.

Como se pode perceber, a homofobia não é apenas consentida, mas também ensinada, vai adquirindo nítidos contornos institucionais (JUNQUEIRA, 2009). A homofobia instaura uma espécie de “vigilância do gênero” (BORRILLO, 2009), que denuncia os “desvios” e “deslizes” do masculino em relação ao feminino e vice-

versa; operando uma atualização constante nos indivíduos, a fim de lembrá-los de seu “gênero certo” (BORRILLO, 2009).

Se por um lado, o racismo, o antissemitismo, a misoginia ou a xenofobia são formalmente condenados pelas instituições; por outro lado, a homofobia continua a ser considerada uma opinião aceitável, vista, ao longo de séculos, como pecado, crime ou doença. Dentro dessa perspectiva o jovem ou adulto LGBT se encontra e, com isso, Rogério Diniz Junqueira (2009) diz que “a escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT” (p.16). Sendo assim, a partir desses pressupostos, desde cedo o jovem/adolescente LGBT será imerso em uma espécie de “pedagogia do insulto” (JUNQUEIRA, 2009), que consiste em um tratamento preconceituoso, ofensivo, constrangedor, com a presença de ameaças e agressões físicas ou verbais, em que se estrutura em meio a piadas, brincadeiras, jogos, apelidos e expressões desqualificantes.

No ano passado, após as apresentações das turmas nas festividades julinas promovidas por nossa escola, Ednaldo e um grupo de colegas, resolveram fazer uma apresentação extra. Montaram uma coreografia de uma música da cantora norte-americana *Beyoncé*. Terminada a referida apresentação, tumulto no portão da escola, pois um grupo de alunxs havia ferozmente agredido a Ednaldo, que teve que ser socorrido e levado para uma Unidade de Pronto Atendimento da comunidade, pois tinha sido encontrado desacordado após ter sido espancado na esquina. De tal modo, como afirma Albuquerque Júnior (2010), “a masculinidade entre nós é letal, morremos de masculinidade, matamos por masculinidade, para afirmá-la, por afirmá-la” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 28).

Imediatamente, fizemos uma mobilização pelas redes sociais sobre o caso ocorrido com o nosso alunx. Comunicamos a direção sobre o fato, no entanto, ouvimos que o acontecido tinha ocorrido no lado de fora da escola. Mas que uma equipe de psicólogos, assistentes sociais ou algum profissional de saúde iria ser acionado para conversar com os jovens.

E assim, cada vez mais, vemos que

“o corpo negro, o corpo das bichas, dos viados, dos velhos, dos deficientes físicos, dos gordos, e outros tantos foram e continuam sendo invisibilizados. Esses corpos são aqueles que a própria humanidade é negada e estão relacionados a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importantes (OLIVEIRIA, 2017, p. 95).

“SER BICHA NÃO É SÓ DAR O CÚ / É TAMBÉM PODER RESISTIR”

As histórias que vivi com Wallace, Lohan e Ednaldo serviram de fio condutor para que eu me conectasse a outras narrativas e, principalmente, com a minha história de vida, ou seja, “cenas que nos lembram que nossas histórias se confundem” (FERRAÇO, 2013, p. 159).

Assim, elas fizeram com que eu vislumbrasse várias questões, como por exemplo, que somos organismos contadores de histórias e que podemos aprender/ensinar com as histórias que ouvimos/contamos; pois, ao passo que vou contando as minhas histórias e a de tantos “outros” sujeitos/personagens; eu conto(narro) a minha história, e ao fazer isso, eu me compreendo.

Consequentemente, na busca pela compreensão de si, eu vou construindo uma narrativa, uma história de vida, pois “a compreensão de si é narrativa de um extremo a outro. Compreender-se é apropriar-se da história da própria vida” (RICOEUR, 1991 apud FILÉ, 2006, p. 100).

No entanto, as palavras não ficam apenas gravadas nas folhas de papel, elas se inscrevem em nós, em nossa carne, em nossa pele, ou seja, acabamos nos tornando “escrituras encarnadas”. Em que “os livros são apenas as metáforas do corpo”, como diz Michael de Certeau (1998, p. 232).

Um corpo que abriga uma lei: ser homem, macho, heterossexual e cristão, basicamente. Essa lei foi sendo tatuada em minha pele, assim fui sendo “escrito pela lei do outro”, e isso vem acompanhado por um misto de prazer e de sofrimento; prazer quando se é reconhecido (pela lei do outro) e sofrimento; pois para obter o reconhecimento (pela lei) do outro é necessário apagar, negar, expurgar do corpo qualquer “mancha negra” (SOUSA, 1983), qualquer vestígio de feminilidade (não ser mulher, não ser afeminado), infantilidade (não ser criança) ou homossexualidade (não ser gay), características que “mancham” a masculinidade, como diz Silva Júnior, 2014.

Hoje observo, então, que ser bicha preta é ser violentada de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, como afirma Neusa Santos Sousa (1983), por uma dupla injunção: a de encarnar no corpo os ideais de “Ego do sujeito branco” (ser macho, heterossexual, burguês) e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro/gay/infantil/feminino.

Sendo assim, ocorre a negação de um estatuto humano (desumanização) para todxs aquelxs (negrxs, indígenas, mulheres, pobres, gays, lésbicas, transexuais, travestis...) que “escapam” da referência hegemônica de sujeito.

No entanto, “a bicha resiste” (OLIVEIRA, 2017, p. 102). Reinvidica seu lugar, sua subjetividade, seu existir, seu estar na escola, seu estar no mundo. Por isso, terminarei contando mais uma (última) história que vivi com Wallace.

Todo final de ano, acontecia o “Festival de Talentos”, o evento tinha o objetivo de fazer uma interação entre a instituição e a comunidade, além de apresentar os talentos “naturais” dxs alunxs. Como era de costume, os cartazes e as fichas de inscrições foram distribuídos pela comunidade. Se as propostas de apresentação estivessem dentro do padrão esperado pela instituição, o jovem ou o grupo poderia se apresentar. Assim, Wallace procedeu. Na ficha de inscrição ele cantaria uma música gospel. Porém, quando o meninx, subiu no palco, elx se apresentou como “a mulher banana” e começou a cantar e a dançar um “funk” da época. Ao final da apresentação, Wallace deixou o palco; e na coxia, confidenciou a mim e a professora

de artes que adorou a apresentação; mas, se entristeceu, ao dizer que não havia tido dinheiro para comprar uma peruca.

Enquanto alguns viram aquela cena como algo abominável ou como um espetáculo patético e lamentável, que deveria ser esquecido. Eu o vejo sob a ótica foucaultiana, na qual o poder não fica concentrado nas mãos de uma única pessoa e não é visto como algo negativo ou coercitivo apenas; em contrapartida, passa a ser exercido por todos os sujeitos e a ser visto como algo produtivo e positivo.

Como disse anteriormente, existe um poder coercitivo e impositivo, que circula no interior das escolas, fazendo com que meninos como Wallace se conformem dentro de um determinado padrão de masculinidade. Contudo, aquele meninx, durante a sua apresentação, me mostrou que elx também exercia uma forma de poder, o poder da resistência, ou seja, elx estava alí reivindicando uma forma de subjetividade que o ensinavam a desprezar.

Aquelas histórias, suas histórias e sua apresentação não estavam querendo ser um exemplo negativo ou ser motivo de piada; na verdade, estavam questionando, inquirendo, indagando as práticas pedagógicas daquela instituição e exigindo propostas emancipatórias.

Assim, vou me dando conta cada vez mais que os sujeitos dependem diretamente das normas sociais; no entanto, como afirma Judith Butler (2004) concepções de gênero vem desfazendo personalidades, dificultando e minando a capacidade de se preservar uma “vida vivível”.

Portanto, ao en-tramar nossas vidas em narrativas seremos capazes de fazer com que as diferentes histórias e acontecimentos vividos – ouvidos (vistos, lidos) – possam ser in-corporados para a re-elaboração das nossas tramas, dos sentidos que podemos criar para a compreensão de nós mesmos e do mundo, a fim de que possamos ter uma “vida vivível”, visto que o nosso entendimento está diretamente relacionado às legibilidades de raça, sexo e gênero. Sem falar que, teríamos a oportunidade de tirar as diversas histórias “outras” de sujeitos “outros” da invisibilidade e do isolamento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. 11 p. Disponível em: <
http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/maquina_de_fazer_machos.pdf>
Acesso em: 12/05/2015.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres: Ed. UNB, 2009.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor? Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, v. 21, n. 1. Porto Alegre, jan./ju1, 1996.
- CAETANO, Marcio. *Performatividades reguladas: heteronormatividades, narrativas biográficas e educação*. Curitiba: Appris, 2016.
- CONNEL, R. W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, v.20, nº2, UFRS, Porto Alegre, 1995.
- _____. *The Men and the Boys*. Berkeley: The University of California Press, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1998.
- FANON, F. *Pele Negra, máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERRAÇO, C. E. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, R. L. (org.) *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FILÉ, Valter. *Batuques, fragmentações e fluxos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.
- _____. *Tentativas e tentações: batidas no território da linguagem*. IN: OLIVEIRA, Inês de. *Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão*. Petrópolis: DP et Alii - Faperj, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: _____ (Org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília (DF): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009 p. 13-52.
- LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira (Org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- POCAHY, Fernando Altair. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. *Revista Texturas*, n. 23, p. 18-31, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/984>>. Acesso em: 18 ago. 2015.
- PINHO, O. S. A. *A Guerra dos Mundos Homossexuais - resistência e contra-hegemonias de raça e gênero*. In: Luis Felipe Rios; Vagner de Almeida; Richard Parker; Cristina Pimenta; Veriano Terto Jr. (Org.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 2004, v. 1, p. 01-196.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. Quando as questões de gênero, sexualidades, masculinidades e raça interrogam as práticas curriculares: um olhar sobre o processo de co/construção das identidades no cotidiano escolar. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro: IFCHS, 2014.

SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ZAMBONI, Jésio. Educação bicha: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

NECROPOLÍTICA E TRANSFOBIA: DE QUEM SÃO OS CORPOS TRANS ASSASSINADOS NO BRASIL?

Jade Mariam Vaccari¹⁶

Juciane de Gregori¹⁷

DOI: 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.dossiecorposneegroslgbtqiap.p50-62

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é evidenciar a necropolítica que se apresenta no atual contexto político brasileiro, considerando a realidade da transfobia e de como esse sistema relega os corpos de pessoas trans à subalternidade. A partir da análise sobre como se desencadeia socialmente a morte desses corpos, majoritariamente de mulheres travestis e transexuais negras, este trabalho irá retomar quatro assassinatos de caráter transfóbico que ocorreram recentemente no Brasil.

Essas brutalidades, executadas em pleno dia, no nordeste brasileiro, mais especificamente no estado de Pernambuco, destacam a imensa vulnerabilidade dos corpos trans, bem como a inércia por parte do Estado, que por vezes sequer chega a investigar tais assassinatos considerando as problemáticas de machismo, transfobia e racismo que envolvem. Destarte não há na sociedade uma compreensão de como esses fenômenos são estruturais.

Pretende-se observar, a partir da problemática exposta acima, como ocorre a construção desse campo na contemporaneidade, com enfoque nas suas dimensões históricas e sociais, bem como nos seus processos políticos e culturais. No contexto em questão, se entrelaçam experiências múltiplas, nas quais os conceitos, teorias, e interpretações, se associam na busca de caminhos que não representam um campo unívoco.

Operando sobre categorias onde classe, raça, gênero e sexualidade formam eixos simultâneos e interseccionados de subalternização, esse trabalho busca agregar ao quadro referencial interdisciplinar contemporâneo, que mantém um

¹⁶ Professora de Filosofia, graduanda em Letras - Língua Espanhola, pela UFPB. Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Letras na UFPB. Membro da Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba e do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB. E-mail: jadevaccari.it@gmail.com

¹⁷ Graduada em Psicologia, mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, mestra em Sociologia, doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (bolsista vinculada à Capes). Integra o Fórum de Mulheres em Luta da UFPB e a Coletiva de Mães Pachamama. E-mail: juciane.psicologia@gmail.com

compromisso científico na desconstrução de concepções de sujeitos unitários e estáveis, bem como contextualizar uma crítica dos apanágios identitários (MISKOLCI, 2009). Essa esfera de análise, embora abarque¹⁸ debates tão recentes, que se disseminaram entre os séculos XX e XXI, traz marcas de uma trajetória de (in)visibilidade que vem de longa data. Assim, as principais referências utilizadas nesse artigo, vão de encontro a teorias feministas contemporâneas e teorias críticas com viés decolonial, tendo como chave de leitura os conceitos de transfobia e necropolítica. A base de referências aplicadas na construção do trabalho partem de Vergueiro (2014, 2015); Mbembe (2018); Bento (2006, 2015); Benevides e Nogueira (2021); Gregori e Zamboni (2019); Vaccari (2017); Miskolci (2009); Pelúcio (2012).

É necessário destacar que para realizar essa análise, partindo do Brasil, deve-se considerar a realidade atual, em que questionar sobre temas como racismo, transfobia e demais violências de gênero e de sexualidade, colocam a escrita em uma encruzilhada de resistência. Esse embate, nesse momento, atua não só frente a um impetuoso avanço do capitalismo, como também de enfrentamento às extremas direitas e a bolsonarização do país.

Isso implica em lidar com severos ataques que perpassam primeiramente por um caráter moral empenhado em desqualificar a qualidade do trabalho produzido na área das ciências humanas, demonizando a esfera das teorias de gênero e sexualidade, a partir de uma ideia distorcida do que nomeiam “doutrinação e ideologia de gênero”. Apoiada nesta explicação cuja base é conservadora, fundamentalista e negacionista, criam-se justificativas ilegítimas, com argumentos simplistas e irrealistas que incitam a perseguição e ameaças com discursos de ódio contra grupos e pessoas pesquisadoras dessa área. Essa conjuntura se amplia e se desdobra também em violências que se normalizam forjadas como cotidianas. Acarretando para além de experiências de violação, é visível um momento de graves retrocessos e retirada de direitos que impactam diretamente os corpos das pessoas trans negras.

Com a pandemia, intensificam-se as desigualdades de gênero, raça e classe que já eram históricas e apresentam-se muitos desafios. Sabe-se que, muitas vezes, a morte social das pessoas trans negras, antecede a morte do corpo físico. Mas, em qualquer cenário, já é sabido que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (CAZARRÉ, 2015; MARINS, 2015; MOTA, 2015). Essas violências estão acontecendo no território brasileiro de forma mais forte do que em qualquer lugar, nessa “colônia” que chamam de “Brasil”.

Segundo o Boletim recente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que contabiliza os assassinatos de pessoas trans no Brasil, pode-se constatar que:

¹⁸ Conforme explica Miskolci (2009, p. 158), “as teorias subalternas ganharam seu título de uma terminologia criada por Antonio Gramsci para referir-se àqueles cuja voz não é audível no sistema capitalista”.

Entre pessoas onde foi possível identificar a idade em 2021, apenas 12 (cerca de 15%) conseguiram ultrapassar a estimativa média de vida de uma pessoa trans, que é de 35 anos. As demais estavam na faixa de 13 a 35 anos de idade. Segue ainda o perfil já denunciado em nossas pesquisas em que a maioria expressava publicamente o gênero feminino, sendo travestis e mulheres trans, e eram negras (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 2).

Os dados da organização acima, que atua em prol dos Direitos Humanos no Brasil, revelam que há um processo de naturalização e legitimação por parte do Estado brasileiro, tendo em vista que essas mortes continuam ocorrendo constantemente e reiteradamente não há um real compromisso para investigar tais casos. Também não há um real empenho, com políticas públicas e legislações eficazes para combater a discriminação contra pessoas trans, posto que se trata de um problema estrutural. Conforme a citada Associação, verifica-se que: “o Brasil tem 89 pessoas trans mortas no 1º semestre em 2021. Sendo 80 assassinatos, 9 suicídios. Houveram ainda 33 tentativas de assassinatos e 27 violações de direitos humanos” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 1). Um genocídio tal qual não se viu em lugar nenhum da face da terra.

Não são apenas números, tampouco são meros dados. São vidas ceifadas em situações que deveriam ter sido refreadas. Em meio ao contexto pandêmico do Covid-19, escancaram-se outras epidemias históricas, como é o caso da violência de gênero e da violência por motivações racistas. Entre políticas de morte e resistências, ou seja, entre mortes evitáveis e estratégias de enfrentamento, não vislumbram-se somente estatísticas. São corpos, forjados na luta, exterminados de forma explícita diante da espetacularização da morte. Roberta, Kalyndra, Crismilly Pérola, Fabiana. Corpos trans. Corpos de mulheres travestis e transexuais. Corpos negros.

Por que tais corpos estariam sempre tão vulneráveis?

A sociedade baseia-se em um Cis-tema fundamentado na diferença sexual, onde gênero, sexualidade e corpo seriam instâncias que se coadunam, não podendo ser dissociadas, logo os corpos que se distanciam dos padrões de gênero seriam dissidentes, conforme Bento (2006, p. 13). A terminologia Cis-tema, tem o objetivo de explanar o sistema cisgênero dominante. Ou seja, as normas da cisgeneridade, que ditam padrões de gênero, que subjagam corpos transgêneros que não enquadram de modo simétrico nos seus ditames de sexo, identidade e orientação sexual. Vergueiro (2015), chama atenção para a importância da interseccionalidade como aspecto crítico da cismatormatividade, a qual aponta o alinhamento de outros vetores normativos imbricados nessa relação, destacando-se um cenário onde atuam padrões de branquitude, cisgeneridade, heterossexualidade, cristianidade.

Dentro dessa perspectiva heteronormativa colonizada, há uma série de expectativas que se esperam para um indivíduo, homens devem ser fortes, viris, másculos, liderar, em contrapartida, mulheres devem ser submissas, seriam o sexo frágil, o “Outro” do homem, tendo como função o cuidar e a procriação. Porém, pessoas travestis e transexuais evidenciam que as normas de gênero não têm um

consenso na vida social, logo ser uma pessoa trans é também ressignificar os papéis de gênero. Em meio à uma sociedade racista, capitalista e patriarcal, tais corpos ousam burlar as regras, o que no entanto gera repressão e discursos de ódio, que culminam em crimes hediondos, como os assassinatos que serão aqui elencados.

CONTEXTUALIZANDO A RELAÇÃO ENTRE NECROPOLÍTICA E TRANSFOBIA

Para compreender sobre o vínculo prático que ocorre entre necropolítica e transfobia, exposta nos casos que o presente trabalho busca visibilizar, é necessário inicialmente desmembrar reflexões sobre cada um desses conceitos, haja vista que são as duas principais chaves de leitura que norteiam este artigo.

No âmbito da produção do conhecimento, em uma digressão histórica em torno do percurso das teorias no campo de gênero e sexualidade para compressão da transfobia, é preciso demarcar a influência dos movimentos trans feministas e LGBT, haja vista que esse histórico tem relação direta com a forma com que se aborda hoje esse fenômeno. Nota-se, como indica Pelúcio (2012), que especialmente na última década, ocorreu uma significativa desestabilização epistemológica, tanto no que se refere ao entendimento das diferenças sexuais, como às chamadas “identidades de gênero”, fomentando embates contra as relações binárias naturalizadas e questionando políticas identitárias universalizantes, as quais propunham o sujeito como sendo algo unificado. Como explana Bento (2015), nos últimos anos tem se aprendido a desmontar esse belo, simples e binário edifício explicativo. Entretanto, ainda são muitas as dificuldades e peculiaridades de um processo que está em processo aberto de recente ascensão.

Diferentes leituras críticas, feministas, transgressivas, decoloniais, valendo-se de termos como colonialidade, gênero, racialização do sexo, sexualização da raça, diferença, interseccionalidade, regime heteronormativo, passaram a ocupar fóruns políticos e arenas acadêmicas, inclusive de páginas de comportados periódicos científicos (PELÚCIO, 2012). São propostas que incorporam teorias e práticas, fazendo uma crítica dos discursos hegemônicos na cultura ocidental, provocando um deslocamento epistemológico que sai do “centro” e vai para a “periferia”.

De encontro a esse caminho, é dado que quando observamos a transexualidade, enquanto uma das categorias de pertencimento de gênero, que denota um dos maiores tabus por parte da sociedade, uníssona em sua ideia de heteronormatividade, entende-se que discutir a sexualidade é algo complexo, que envolve, pois, fatores sociais, mas também subjetivos e emocionais. Para contribuir nesta questão, a teoria queer decolonial discorre acerca da performatividade do gênero, logo o gênero é fluido e quando fala-se em transgeneridade está se abordando indivíduos que podem ter um sentimento de pertença ao gênero diferente do designado no momento do nascimento ou podem também não sentir pertencer a nenhum dos gêneros estabelecidos socialmente; logo, travestis e transexuais estão dentro de tal conceito (VACCARI, 2017)

Há muitas divergências entre ativistas LGBT sobre o que vem a ser a travestilidade e a transexualidade, no entanto, essa barreira intransponível para muitas pessoas travestis e transexuais é uma ficção (VACCARI, 2017). Entende-se que as pessoas transexuais e travestis estão dentro da comunidade LGBT, porém o movimento de pessoas trans vivencia pautas específicas, assim como é a problemática da transfobia.

Quando se visibiliza a existência da transfobia¹⁹, “faz-se referência às formas de violação de direitos humanos ligadas especificamente a falta de entendimento frente à realidade de quando gênero e/ou sexo biológico do indivíduo não são heterosimétricos” (GREGORI; ZAMBONI, 2019, p. 13). A transfobia se exterioriza por um somatório de violações e reiteradas opressões que se voltam contra pessoas trans a ponto de fazer com que muitas sejam socialmente excluídas, vindo a se tornarem vulneráveis a vários tipos de violência (BRASIL, 2016). É possível afirmar que “a transfobia, enquanto violência que perpassa por múltiplas formas, persegue lógicas hierárquicas desiguais, onde a diferença é estereotipada em uma sociabilidade em que a díade binária se impõe como tendência geral” (GREGORI; ZAMBONI, 2019, p. 38).

“Corpos e identidades de gênero são constituídos (não somente, mas necessariamente) a partir de distintos contextos socioculturais – contextos ainda múltiplos, apesar dos projetos, esforços e dispositivos coloniais eugenistas e etnoculturocidas” (VERGUEIRO, 2015, p. 45). Conforme Gregori e Zamboni (2019), a transfobia opera como uma chave de inteligibilidade, a qual anuncia relações de gênero e sexualidade, motivando violências e vulnerabilização, mas não encerra nisso, haja vista que perpassa pelas dimensões, por exemplo, de classe, raça, etnia configurando-se com não apenas como categoria descritiva, mas como um fenômeno complexo e multifacetado que não se encerra na individualidade.

Pode-se afirmar que tais elementos se entrelaçam. Igualmente, pode-se refletir que semelhante a violência racista, apoiada em uma cultura de branquitude, a violência misógina e transfóbica, não se trata de uma questão atípica, um fenômeno excepcional ou “aberrante” na presente sociedade, mas “se trata de um exercício cotidiano e costumeiro, invisibilizado e naturalizado enquanto algo estruturante da sociedade” (GRIMM, 2015, p. 50).

Conforme Gregori e Zamboni, (2019) é necessário identificar esses aspectos acima problematizados e compreender a transfobia dentro de lógicas de violências que implicam “considerar seus conteúdos e formas, que se orientam por normas e se traduzem nas práticas de sociabilidades plurais” (2019, p. 61). Para tanto, é preciso que a transfobia seja caracterizada em termos mais amplos do que sua aparência

¹⁹ Vale ressaltar que isso não significa que somente as pessoas trans devem lutar contra a transfobia. É um encargo muito grande colocar a responsabilidade nas pessoas trans para modificação dos padrões cis e heteronormativos. Essa é uma tarefa que exige transformações políticas, sociais e econômicas, envolvendo muito mais iniciativas não das pessoas trans, mas sim das pessoas cis, para que não operem mais a violência e que façam concessões, desconstruções de paradigmas de privilégio.

individualizante e patologizante, como uma matriz direcionada a grupos de indivíduos, que não se trata de um fato isolado e nem se resolve com a mera exposição de situações individuais (VERGUEIRO, 2015).

Gregori e Zamboni (2019) discorrem sobre como a transfobia se reproduz mesmo no âmbito afetivo, ocorrendo no meio familiar e nas relações afetivo-sexuais, compreendendo uma análise que se estende ao domínio laboral, domínio do público/privado, domínio da saúde integral, domínio educacional, domínio religioso, e domínio midiático. Nessa dinâmica, a transfobia consiste desde os discursos até os atos de ódio contra travestis, transexuais e homens trans, motivados pelo preconceito, pela discriminação e por uma investida incessante em um projeto político trans-excludente, que se entrelaça nas bases da necropolítica. Pode-se afirmar que há uma “espécie de compreensão decolonial sobre a transfobia, onde a cisnormatividade e o cissexismo atuam como estruturantes de violências institucional, sociocultural, e existencialmente impregnadas por culturas e sociedades” (VERGUEIRO, 2015, p. 70).

Corroborando com a intersecção entre essa compreensão apresentada acerca da transfobia e a necropolítica, é pertinente elencar a leitura “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte”, de autoria de Achille Mbembe (2018). Trata-se de um trabalho que traz a proposta de discussão sobre o termo necropolítica e não é um material que se debruça diretamente sobre a temática de gênero e sexualidade, mas há uma correlação de temas que agregam entre si e inclusive, em conjunto, alcançam uma compreensão mais ampla acerca de uma série de elementos, especialmente na contemporaneidade dos debates que seguem uma perspectiva da crítica decolonial. Ao apresentar uma discussão que entrelaça poder e soberania, o autor estende a conceituação de biopolítica foucaultiana, desmembrando o domínio do controle que opera não somente sobre a vida, mas também sobre a morte e sobre condições que ditam “quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5).

Embasada através de uma crítica da modernidade e do eurocentrismo, a teoria de Mbembe (2018), compreende a pragmática do estado de exceção, articulando as noções de biopoder e soberania, com a centralidade do racismo. Imerso a uma estética do sofrimento situada na modernidade, abre-se um leque de percepção associada ao extermínio, à eliminação, organizando sentidos que até então estariam dispersos, edificando assim terminologias próprias para o contexto atual. Mbembe (2018), é uma referência que investe em um processo de transformação teórica para inserção de conceituações que possibilitem captar as dinâmicas da vida social se desenvolvendo, cujas lógicas dos seus mecanismos de produção não são óbvias. Desse modo, o autor realiza conexões em uma dimensão distinta, na qual encontram-se conflitos e pontos de tensão que ainda estão sendo assimilados em quadros teóricos e campos do conhecimento interdisciplinar.

Esse movimento, possui uma forma que representa não necessariamente uma inovação, em termos mercadológicos, mas possui um caráter teórico que desestabiliza estruturas acadêmicas coloniais e eurocêntricas, nas quais o

engajamento não é lido como elemento central. Não que haja de forma generalizada uma crença absoluta em preceitos de neutralidade, mas especialmente no contexto brasileiro, é um dado que são preservados outros aspectos, que não o engajamento. Seja o engajamento político ou mesmo o engajamento social na forma de construir as análises dos temas que estão em voga neste artigo. Em um processo contrário, onde esse engajamento é apropriado e se destaca como parte relevante da produção de conhecimento, desdobra-se um cenário de possibilidades e confluências, bem como de conflitos entre tradições críticas das ciências humanas, que ora se aproximam, ora se distanciam.²⁰

Achille Mbembe (2018), recria concepções de sujeito e tradições filosóficas em uma perspectiva dos estudos do sul e em um viés decolonial, onde o discurso sobre raça é um dos elementos nodais. Confrontando as lógicas hegemônicas da branquitude eurocentrada, a partir de um projeto de percepção decolonial, em um sentido dialético de subversão, o pesquisador revela elementos importantes da dominação. Enfrentando racionalmente a dimensão da razão com vistas em um estado moderno designado pela soberania, Mbembe (2018) utiliza de categorias da violência na experiência, incorporando críticas com categorias que perpassam pela visão “del sur”, contrapondo sofrimento e estado.

Nesse sentido, questiona-se também as promessas de segurança e garantia de vida que seriam a grande propagação dos tempos modernos, os quais trariam um suposto direito a autonomia, o acesso à tecnologias, todavia, todas as expectativas de direitos, se estabeleceram em um formato agudizado de violência, se retroalimentando da produção constante de violações, do sofrimento, do extermínio. Observando o poder do estado moderno soberano, transformando seu poder em uma máquina de gerar eliminação, explicita-se uma dinâmica de soberania que está para além da biopolítica, pois não se nutre de vida e sim da morte, da necropolítica (MBEMBE, 2018). Esse sistema, pautado na raça como mecanismo fundante, acompanha uma ordem onde todas as condições que não estão de acordo com a lógica estabelecida, caem em uma zona de morte, nesse lugar obscuro que a ciência se empenha em buscar desvendar. Nesta dimensão, encontram-se corpos racializados e concomitantemente enquadrados nas matrizes de gênero e sexualidade.

Na construção do conceito de necropolítica, Mbembe (2018), reestabelece uma narrativa filosófica (Hegel e Nietzsche), apreendendo a morte em um viés psicanalítico (freudiano e lacaniano), desmembrando para as lógicas políticas e sociais. Com esse embasamento, identifica-se na morte um caráter constitutivo da modernidade que adota um teor de fascínio e, portanto, também de prazer. Na vida social moderna, onde reiteradamente investe-se na separação entre a funcionalidade dos lugares, as dinâmicas entre vida e morte, não adotam uma separação nitidamente estabelecida, ou binária. Nessa seara, o Estado moderno, enquanto

²⁰ Inclusive, como é reiterado por Bento (2015, p. 14), “a oposição entre “produzir teoria versus fazer política” é mais uma das enganosas binaridades”.

representação de promessa dessa segregação, que deixaria restar somente o que é belo, puro, limpo e prazeroso, acaba por se corromper. O próprio Estado se utiliza desse mesmo mecanismo diaspórico, como meio de produzir a morte, em um processo que se intensifica cada vez mais, tal como ocorre nos assassinatos dos corpos das pessoas negras travestis e transexuais.

A ligação entre o prazer e o culto da morte como política projetada pelo estado moderno soberano, é representada e incorporada por sentidos e por termos políticos em que a prática de eliminar, é travada na lógica soberana pelo prazer de controlar, mas para além disso, Mbembe (2018), demonstra que há também, uma fixação por matar, pela eliminação, expandindo a violência contra o outro. Nesse processo, a dimensão racial, o gênero, a sexualidade e a classe evidenciam-se como elementos centrais. Assim, a necropolítica, não seria simplesmente o extermínio, mas a produção de uma política de morte, de morte luxuosa, como uma forma de espetacularização festiva, que em termos de capitalismo, age também em um sentido de prazer, de desejo, justamente em um contexto onde as relações são monótonas e limitadas.

A lógica moderna desta associação questiona essa dicotomização das dimensões sociais, as quais são densificadas e, portanto, misturadas, operando políticas de morte com estéticas cujo poder se apresenta também com aparência de alegria e de prazer. Em suma, a noção de necropolítica apresentada por Mbembe (2018), desvela mecanismos sócio-psíquicos que levam as ciências humanas à um quadro que converge com sua dimensão social, permitindo interpretações a partir de metodologias e teorias que somam com as convenções de diferentes linhagens de pensamentos, apontando principalmente para a necessidade do elemento crítico decolonial no processo de produção do conhecimento

Essas aberturas, levam a reflexões acerca das teorias e sua correspondência com a dimensão das experiências, desafiando a imaginação e a ciência para a consagração de adequações conceituais e compreensões das lógicas contemporâneas da sociedade, que segue retroalimentando um sistema necropolítico-transfóbico. Essas discussões incitam também a necessidade de análises sociais que propiciem adentrar no universo real de quem vivencia esse cotidiano, adotando modelos de escrita predispostos a ecoar as vozes que até então estão inaudíveis na presente sociedade, reconstruindo e recriando o fazer científico com formas de resistência e enfrentamento.

OS CORPOS TRANS ASSASSINADOS NO BRASIL

Conforme dados noticiados nacionalmente:²¹

Duas semanas após ser atacada por um adolescente que nem ao menos conhecia e que ateou fogo ao seu corpo, no centro de Recife (PE), Roberta Nascimento da Silva, 32 anos, morreu na manhã desta sexta-feira (9/7), no Hospital da Restauração. O ataque, ocorrido em 24 de junho, havia deixado Roberta com 40% do corpo queimado. Além da morte de Roberta, Pernambuco registrou outros três transfeminicídios em menos de um mês, que despertaram protestos da comunidade LGBTQ+ e de defensores de direitos humanos²²

Roberta da Silva, conforme relatado acima, faleceu no dia 09 de julho de 2021, no Hospital da Restauração, no Recife, pois teve o corpo queimado por um adolescente, no dia 24 de junho do corrente ano. Aos 32 anos, ela morreu após ter os braços amputados em decorrência dos ferimentos. O adolescente que ateou fogo em seu corpo foi apreendido, o que não muda o fato de que tal violência contra mulheres trans negras seja algo naturalizado e evidente no cotidiano, ainda que existam iniciativas de políticas públicas no estado de Pernambuco em prol da população LGBTQ+, a exemplo de uma casa de acolhida que terá o nome de Roberta da Silva, tais ações representam medidas apenas paliativas mediante uma sociedade que cultiva o ódio contra os corpos dissidentes. São apenas tentativas de reparação frente a uma vida que foi interrompida precocemente.

²¹ Ver mais em: Morre a mulher trans que teve 40 por cento do corpo queimado por a lescente no centro do Recife. G1 Pernambuco, Recife, 09 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/09/morre-a-mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-por-adolescente-no-centro-do-recife.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

⁷ No presente texto, optou-se por aprofundar os conceitos de transfobia e necropolítica, no entanto, o debate acerca do transfeminicídio é algo que necessita ser evidenciado, pois dialoga de forma direta com esse tema. Para além dos termos jurídicos que estão em torno desse assunto, a escolha por trabalhar a transfobia, implica em abordar justamente os processos que desencadeiam o transfeminicídio. Não há dúvidas de que há muito a se avançar para que se reconheça juridicamente a legitimidade dos crimes de feminicídio que ocorrem contra as mulheres travestis e transexuais. É perceptível que ainda há um atraso significativo do Estado em aplicar o direito das mulheres trans e travestis, tanto diante da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), como referente à Lei do Feminicídio - Lei nº 13.104 (BRASIL, 2015). Na equação entre transfobia e necropolítica, inevitavelmente o resultado é análogo ao transfeminicídio.

²² No presente texto, optou-se por aprofundar os conceitos de transfobia e necropolítica, no entanto, o debate acerca do transfeminicídio é algo que necessita ser evidenciado, pois dialoga de forma direta com esse tema. Para além dos termos jurídicos que estão em torno desse assunto, a escolha por trabalhar a transfobia, implica em abordar justamente os processos que desencadeiam o transfeminicídio. Não há dúvidas de que há muito a se avançar para que se reconheça juridicamente a legitimidade dos crimes de feminicídio que ocorrem contra as mulheres travestis e transexuais. É perceptível que ainda há um atraso significativo do Estado em aplicar o direito das mulheres trans e travestis, tanto diante da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), como referente à Lei do Feminicídio - Lei nº 13.104 (BRASIL, 2015). Na equação entre transfobia e necropolítica, inevitavelmente o resultado é análogo ao transfeminicídio.

Como uma herege, uma bruxa seguidora de Satã, em um país de colonização cristã, no qual os corpos das travestis e transexuais são vistos como se fossem corpos heréticos, sendo assim seus corpos estariam legitimados a sofrer tais martírios. A caça às bruxas na Idade Média foi um genocídio que se perpetuava contra aquelas que ousavam desafiar o sistema, seja estudando, sendo curandeiras, ou mesmo guerreiras como a general Joana D'Árc. De modo semelhante, as travestis e transexuais são bruxas modernas que quebram as barreiras da cisgeneridade, sendo assim punidas socialmente inclusive com mortes com tamanho requinte de crueldade que é imensurável.

Kalyndra Nogueira da Hora, 26 anos, foi encontrada morta no dia 18 de junho de 2021, 8 na Zona Sul do Recife (Pernambuco)²³. O companheiro de Kalyndra foi preso pelo crime de homicídio, morte que teria ocorrido por asfixia, dias antes do corpo ser encontrado. Muitas vezes a mão que afaga é a mesma que apedreja, conforme os Versos Íntimos de Augusto dos Anjos: “Apedreja essa mão vil que te afaga”. Tendo em vista que a afetividade é um campo da vida das pessoas trans que é prejudicado e fortemente afetado devido à transfobia da sociedade, este caso leva a refletir sobre como nesta sociedade colonizada, as pessoas cujo gênero não esteja em conformidade com padrões cisgêneros têm suas vidas afetivas e sexuais tolhidas, como também são vítimas em potencial de crimes cometidos por parceiros afetivo-sexuais (VERGUEIRO, 2014).

Fabiana da Silva Lucas, de 30 anos, foi assassinada no dia 07 de julho de 2021, em Santa Cruz do Capibaribe – PE⁹. Após pedir informações em um bar, um indivíduo que estava no local, conhecido como “Gaúcho”, esfaqueou Fabiana. Até o momento, não se sabe qual o motivo que desencadeou esse assassinato, a não ser pela transfobia. Em seguida o indivíduo foi linchado pela população que presenciou o crime e depois levado em estado grave para o Hospital da Restauração sob custódia policial. Uma mulher trans, profissional do sexo, morta próximo a uma rodovia. Seu corpo sem vida é a denúncia de uma sociedade que impõe compulsoriamente tais corpos dissidentes para a prostituição de forma precarizada, o que contribui para que determinadas situações de vulnerabilidade ocorram. “Mulheres transgêneras são vendidas frequentemente como chicks with dicks, shemale, no inglês²⁴” (VERGUEIRO, 2014, p. 11).

Isso enseja a reflexão de que tais corpos racializados que supostamente “unem” ditames do masculino e do feminino, estariam socialmente empurrados à uma mercantilização de forma precária para fins sexuais e o “exótico” é vendido como uma mercadoria, tornando-se muitas vezes a “carne” mais barata, portanto uma vida que socialmente não importa.

²³ Companheiro de mulher trans encontrada morta é preso suspeito do assassinato, no Recife. G1 Pernambuco, Recife, 19 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/19/companheiro-de-mulher-trans-encontrada-morta-e-presosuspeito-do-assassinato-no-recife.gh.html>>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

²⁴ 10 A frase mencionada, em tradução livre, expressa: gatas com pinto, travesti.

Crismilly Pérola, de 37 anos, no dia 05 de julho de 2021, foi encontrada morta com um tiro no pescoço²⁵. A cabeleireira foi morta e novamente não se sabe por qual motivo. Suspeita-se de crime de transfeminicídio, ou seja, o ódio por ela ser uma mulher trans que era empoderada da sua própria vida, fez com que um algoz ceifasse sua vida. Mais um corpo negro que não importa socialmente, pois é como se a travesti e a mulher trans fossem “uma figura caricaturada da mulher” (TAGLIAMENTO, 2013, p. 100), logo tais seres lidos socialmente como bizarros em um Cis-tema heteronormativo, seriam “merecedores” de tamanho extermínio. É a revitimização que se traduz na impunidade. É a necropolítica e a transfobia operando como regimes de verdade.

CONCLUSÃO

Como a gente convive, como a gente enfrenta, como a gente resiste a estas (e tantas outras) violências normatizantes, inferiorizantes, brutalizantes? Como a gente reflete obre as mortes das travestis que acontecem pelo mundo afora? Das pessoas trans? Das pessoas de gêneros inconformes, de castas marginalizadas, dos corpos marcados por intervenções corporais não consentidas? (VERGUEIRO, 2015, p. 15).

A transfobia, carregada por complexidades e violências múltiplas, opera direcionada por mecanismos de violação, nas quais as dimensões e trajetórias de vida articulam classe, raça, etnia, sexualidade, geração e território, marcando uma zona disputas que decifram as vidas que importam e as que não importam ou quais pessoas são consideradas seres humanos e quais outras que não são, executando assim, uma lógica necropolítica seletiva aos corpos negros e sobreposta as corpos das travestis e transexuais.

Em contraponto às diversidades que são desumanizadas e inferiorizadas em relação às normatividades cisgêneras (VERGUEIRO, 2015), vislumbra-se um repertório de possibilidades de resistência e enfrentamento. Em um embate com a lógica de estigma, invisibilidade, sofrimento e transfobia, que eclodem situações extremas de violência, as pessoas trans negras resistem e (re)existem no enfrentamento.

Certamente, o presente artigo não busca esgotar o debate acerca dos temas propostos, mas sim iniciar algumas reflexões dispostas em torno de possíveis soluções. Embora não seja uma trajetória sem percalços e nebulosidades, frente aos retrocessos cotidianos, emergem iniciativas como a deste trabalho, que converge com a resistência e busca divergir de concepções essencializadoras, elaborando

²⁵²⁵ Ver mais em: Mulher trans foi assassinada por jovem em um crime de ódio: 'ele disse que ela queria ser o que não era', diz delegada. G1 Pernambuco, Recife, 26 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/26/mulher-trans-foi-assassinada-por-jovem-em-um-crime-de-odio-ele-disse-que-ela-queria-ser-o-que-nao-era-diz-delegada.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

assim projetos sociais e configurações políticas que rompam com a atual necropolítica-transfóbica que se avoluma na conjuntura do bolsonarismo.

Com alicerces no autocuidado, nas redes de apoio mútuo, no acolhimento coletivo, na solidariedade e no bem viver, é preciso desenvolver alianças estratégicas que sirvam de escudo frente às violações. “Aquilombar-se” e fortalecer o “traviarcado”, formando teias de afeto e organização, fomentam ações decoloniais em um horizonte potente de transformação e revolução. Sabe-se que a luta segue e que ela não cessa apenas na despedida dos corpos de tantas que foram tombadas. Confrontar os padrões da branquitude e abalar as estruturas do Cis-tema, para manter a memória de tantas que vieram com seus passos de muito longe para abrir os caminhos que erguem as que hoje estão na linha de frente, parece ser o caminho.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. Boletim nº 01/2021. Assassinatos contra travestis e transexuais em 2021. Rio de Janeiro, mai., 2021. Disponível em: <<http://antrabrazil.org>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. Apresentação. In: COLLING, Leandro. Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Lei nº11.340 de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- _____. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012. Brasília: Secretaria De Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violenciahomofobica-ano-2012>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- _____. Presidência da República. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 10 da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- CAZARRÉ, Marieta. Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. Brasília: Agência Brasil, 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-maismata-travestis-e>. Acesso em: 27 set. 2016.
- GREGORI, Juciane; ZAMBONI, Marcela. Relações afetivas e violência: sentidos da

- transfobia no contexto familiar e amoroso. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.
- GRIMM, Raíssa Éris Cabral. Abrindo os códigos do tesão: encantamentos de resistência entre o trans-feminismo pós-pornográfico. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (Centro de Filosofia e Ciências Humanas): Florianópolis, 2015.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: Edições, 2018.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.
- MOTA, Jéssica. Transfobia: um tapa na cara. Revista CartaCapital, 15 nov. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-tapa-na-cara-5322.html>. Acesso em: 27 set. 2016.
- PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, jul./dez. 2012.
- TAGLIAMENTO, Grazielle. A arte dos (des)encontros: mulheres trans e saúde integral. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- VACCARI, Jade Mariam. A Construção da Identidade de Gênero – Transexual: Errante Corpo Abjeto. Monografia (Graduação em Licenciatura em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2017.
- VERGUEIRO, Viviane Simakawa. Trans* Sexualidade: Reflexões sobre a mercantilização do sexo desde uma perspectiva transgênera, Revista Periódicus, 1.ed., mai./out., 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/10154/7258>>. Acesso em: 05 ago. 2021.
- _____. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. (Tese de Mestrado). Universidade Federal da Bahia (Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos): Salvador, 2015.